



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Curso de Licenciatura em Serviço Social

**DESAFIOS DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROMOÇÃO DA ACEITAÇÃO DE
PESSOAS HOMOSSEXUAIS NA FAMÍLIA: CASO DO DISTRITO MUNICIPAL
KAMAXAQUENE (2017 - 2019)**

Adelaide Moisés de Albuquerque

Supervisora: Msc. Catarina Fabião Cuambe

Co-supervisor: Prof. Doutor Constâncio A. Machanguana

Maputo, Setembro de 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Adelaide Moisés de Albuquerque

Título:

**DESAFIOS DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROMOÇÃO DA ACEITAÇÃO DE
PESSOAS HOMOSSEXUAIS NA FAMÍLIA: CASO DO DISTRITO MUNICIPAL
KAMAXAQUENE (2017 - 2019)**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento parcial dos requisitos exigidos, para obtenção do Grau de Licenciatura em Serviço Social.

Supervisora: Msc. Catarina Fabião Cuamba

Co-supervisor: Prof. Doutor Constâncio A. Machanguana

Maputo, Setembro de 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Adelaide Moisés de Albuquerque

**DESAFIOS DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROMOÇÃO DA ACEITAÇÃO DE
PESSOAS HOMOSSEXUAIS NA FAMÍLIA: CASO DO DISTRITO MUNICIPAL
KAMAXAQUENE (2017 - 2019)**

Supervisora: **Msc. Catarina Fabião Cuambe**

Co-supervisor: **Prof. Doutor Constâncio A. Machanguana**

O Júri:

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

.....

.....

Maputo, Setembro de 2024

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Adelaide Moisés de Albuquerque**, declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que a mesma, constitui o resultado do meu trabalho sob orientação dos meus supervisores Msc. Catarina Fabião Cuamba e Prof. Doutor Constâncio A. Machanguana. Esta monografia é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Serviço Social, da Universidade Eduardo Mondlane.

A candidata

(Adelaide Moisés de Albuquerque)

DEDICATÓRIA

Dedico a minha monografia á minha mãe, Cremilde de Albuquerque Rafael, por ter me trazido ao mundo e ter desempenhado o papel de pai.

Dedico também ao meu marido, Satar Jacob Mujovo, por todo apoio incondicional.

À minha querida filha Maya Satar Mujovo, pela inspiração, motivação para que não desistisse e me esforçasse, no sentido de formar e orgulha-la como mãe.

Vós sois a minha fonte constante de aprendizagem!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela sua presença na minha vida e por ter sido o meu guia espiritual desde o início da minha caminhada estudantil.

À minha família, em especial aos meus avós, Moisés de Albuquerque e Lídia Rafael de Albuquerque (em memória), pelos eternos ensinamentos desde pequena, à minha mãe, Cremilde de Albuquerque Rafael que desempenhou igualmente, o papel de pai, por ter estado presente, e motivar-me a estudar, que na companhia da Tia Sandra Balas traziam lanche e almoço contando também com os meus colegas, que tudo fez para que pudesse criar condições de entregar os trabalhos da melhor forma possível e por nunca me deixar fraquejar em momento algum.

Ao meu querido esposo, Satar Jacob Mujovo, por me acompanhar nesta caminhada e nunca me deixar faltar às aulas, sempre me encorajando, ajudando-me, e pelo principalmente por ter me dado o maior e lindo presente que é a nossa filha Maya esta que me trouxe muita alegria, motivação, inspiração, força e quando precisei deixa-la aos seus cuidados sempre esteve disponível e por muito ter imprimido os meus trabalhos da faculdade e ter custeado os meus estudos.

Agradeço ao todo corpo docente do pelos ensinamentos, dedicação e motivação me ensinaram a amar esta linda e desafiador curso, o meu muito obrigada aos professores Hinervo, Catarina, Baltazar estes me encorajaram na escolha do tema, quando pensei em mudar de abordagem de estudo. E ainda me motivaram a não desistir e a continuar com o tema, a Dr. Debora que muito me direcionou, apoio e ajudou.

Não menos importante aos supervisores, Prof. Doutor Constâncio A. Machanguana e Mestre Catarina Fabião Cuambe, pela inteligente orientação, conselhos, paciência, persistência, encorajamento, compreensão e nunca terem desistido de mim, muito obrigado a eles que hoje lhes chamo de pais pois o apoio deles me permitiu chegar a esta fase.

E aos meus colegas de formação, em especial ao colega Alessandro Prometido, por ter estado sempre comigo, nos momentos bons e maus, a tia Shirin Aba, Sandra Balas e os Neymaticos que foram a principal motivação na escolha do tema.

Lista das Abreviaturas e Acrônimos

CC	Conselho Constitucional
CID	Classificação Internacional de Doenças
CRM	Constituição da República de Moçambique
FPLM	Forças Populares de Libertação de Moçambique
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
LAMBDA	Associação Moçambicana para Defesa das Minorias Sexuais
UNFPA	<i>United Nations Population Fund</i>
LDH	Liga dos Direitos Humanos
OAM	Ordem dos Advogados de Moçambique
ONG	Organizações Não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDCP	Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
WLSA	<i>Woman and Law in Southern Africa</i>

RESUMO

O presente trabalho discute os desafios enfrentados pelo assistente social na promoção da aceitação de filhos homossexuais dentro das famílias. O estudo analisou o papel do assistente social na facilitação da aceitação de pessoas homossexuais em contextos familiares. Utilizando uma metodologia qualitativa, com entrevistas semi-estruturadas, foi possível identificar os desafios encontrados pelos assistentes sociais no campo. Foram realizadas entrevistas com cinco famílias para entender suas percepções sobre a homossexualidade e a convivência com um membro homossexual. Além disso, foram entrevistados Assistentes Sociais para identificar os principais obstáculos enfrentados por eles na promoção da aceitação familiar. O estudo de caso concentrou-se no distrito municipal de Kamaxaquene. A pesquisa baseou-se na teoria fenomenológica de Alfred Schultz, que ajudou a compreender os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais ao auxiliar as famílias na aceitação de pessoas homossexuais nas famílias. Os resultados revelam que os maiores desafios para os assistentes sociais estão (i) no grau de abertura das famílias para a comunicação e a interação sobre a homossexualidade dos filhos e (ii) no conservadorismo religioso e cultural com o qual os pais foram educados, o que os leva a acreditar que uma relação amorosa e sexual “normal” deve ocorrer entre pessoas de sexos opostos.

Palavras-chave: *Homossexualidade, Assistente Social, Pessoas Homossexuais, Família.*

Abstract

This study discusses the challenges faced by social workers in promoting the acceptance of homosexual children within families. The research explored the role of social workers in facilitating the acceptance of homosexual individuals in family contexts. Using a qualitative methodology with semi-structured interviews, the study identified the challenges encountered by social workers in the field. Interviews were conducted with five families to understand their perceptions of homosexuality and their experiences with a homosexual family member. Additionally, social workers were interviewed to identify the main obstacles they face in promoting family acceptance. The case study focused on the municipal district of Kamaxaquene. The research was based on Alfred Schultz's phenomenological theory, which helped to understand the challenges faced by Social Workers when helping families accept homosexual people into their families. The results reveal that the main challenges for social workers are (i) the level of openness of families to communication and interaction about their children's homosexuality and (ii) the religious and cultural conservatism with which parents were raised, leading them to believe that a "normal" romantic and sexual relationship should occur between individuals of opposite sexes.

Keywords: *Homosexuality, Social Worker, Homosexual Individuals, Family.*

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	4
DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS	6
RESUMO.....	8
Abstract.....	9
INTRODUÇÃO	1
Definição do problema.....	2
Hipóteses de causa	3
Justificativa.....	4
Objectivos.....	5
Geral	5
Específicos.....	5
Estrutura do trabalho	5
CAPÍTULO I – QUADRO TEÓRICO/REVISÃO DA LITERATURA.....	7
1.1 Quadro teórico.....	7
1.2 Enquadramento Conceptual	8
1.2.1 Assistente Social	8
1.2.2 Orientação sexual	9
1.2.3. Homossexualidade.....	10
1.2.4. Família.....	11
1.3 Breve História da Concepção da Homossexualidade.....	12
1.4 Aceitação dos Homossexuais na Família	15
1.5 Convenções Internacionais sobre os Direitos dos LGBT+	16
1.6 Movimento Homossexual em Moçambique	17
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE RECOLHA DE DADOS	19
2.1. Descrição do local de pesquisa.....	19
2.2. Tipo de Estudo	20
2.2.1. Quanto à natureza de pesquisa.....	20
2.2.2. Quanto aos objectivos da pesquisa	20

2.2.3. Quanto à escolha do objecto de pesquisa	21
2.3. Método de abordagem.....	21
2.3.1. Método indutivo	21
2.4 População e amostra.....	22
2.5. Instrumentos de recolha de dados	22
2.6. Análise e Tratamento de Dados	24
2.7. Validade e Fiabilidade dos Resultados.....	24
2.8. Considerações Éticas.....	24
2.9. Constrangimentos da Pesquisa.....	25
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO	27
3.1. Introdução.....	27
3.2. Visitas domiciliares	27
3.3. Palestras de sensibilização para as famílias	28
3.4. Palestras de sensibilização para os Assistentes Sociais	28
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO...	30
4.1. Resultados Alcançados nas Famílias estudadas	30
4.1.1. O Perfil Demográfico dos Entrevistados	30
4.1.2 Convivência na família e o Papel do Assistente Social.....	31
4.2. Resultados Alcançados Junto dos Assistentes Sociais.....	37
4.2.1. Perfil Demográfico dos Assistentes Sociais	37
4.2.2. O Papel do Assistente Social	38
4.2.3 Os obstáculos do Assistente Social na promoção da aceitação de membros homossexuais nas famílias.....	40
4.2.4 Estratégias de intervenção social para melhorar a aceitação de pessoas homossexuais nas famílias	42
CONCLUSÃO	44
Sugestões.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46
APÊNDICES.....	50

INTRODUÇÃO

As relações humanas e os seus aspectos afectivo - sexuais devem ser compreendidos levando-se em conta a cultura, o tempo, o lugar e os demais aspectos relacionais, contextuais e processuais que as envolvem. Ou seja, não se deve discutir a orientação sexual, *grosso modo*, ou a homossexualidade, em particular, sem considerar o contexto do seu surgimento e a sua prática (Vasconcelos, 2008).

Durante muitos anos, a homossexualidade foi vista como uma mistura de pecado, doença e crime (Sant`Anna e Daspett, 2007). Desse modo, as rejeições inapctantes e variadas foram e ainda são frequentes no contexto social desses indivíduos cujo desejo afectivo-sexual é direccionado para pessoas do mesmo sexo, o que faz deles um dos grupos mais atingidos pelo preconceito, pela intolerância e pela discriminação.

As pessoas com orientação homossexual desenvolvem-se e estão presentes em todos os tipos de lares e/ou famílias. Elas, também, estão presentes em vários grupos sócio-económicos, étnicos e religiosos. Por isso, há várias intervenções que buscam explicar os factores que tornam um indivíduo homossexual.

Alguns estudiosos (Pelúcio, 2012; Mott, 2003) afirmam que o homossexualismo é genético, que é causado por mau funcionamento glandular. Outros, no entanto, garantem que é produto de desequilíbrios psicossociais dentro da família ou que o hipotálamo dos homossexuais masculinos é igual ao das mulheres e outras mais teorias (Machava, 2013). Não obstante, nenhuma teoria é conclusiva, todas se contradizem e são insuficientes para justificar a origem ou a causa deste comportamento.

O homossexualismo é uma realidade que precisa de ser tratado com muita cautela, de modo a preservar e promover continuamente os direitos de bem-estar social e espiritual dos indivíduos pertencentes a esta categoria. Cabe aos Assistentes Sociais garantir que os cidadãos tenham integração e inclusão social, incluindo na família. É por reconhecer a sua existência, desafios, preconceitos e dificuldades que as pessoas homossexuais vivenciam que a presente pesquisa se propõe a estudar os Desafios do Assistente Social na Promoção da Aceitação de Pessoas

Homossexuais na Família, tomando como caso de estudo o Distrito Municipal KaMaxaquene, na cidade de Maputo.

Definição do problema

As sociedades conservadoras, como a moçambicana, não aceitam a ideia de outro tipo de orientação sexual a não ser a heterossexualidade, e os indivíduos que têm um outro tipo de orientação sexual, como aponta Machava (2013), são rejeitados, marginalizados e têm sido conotados como indivíduos vivendo fora dos padrões normais impostos e aceites pela sociedade. Essa rejeição é expressa pelos membros da sociedade por meio de atitudes, enunciações e comportamentos abertamente homofóbicos.

Para o autor em análise, a sociedade moçambicana ainda não recebe de braços abertos os cidadãos que apresentem uma orientação sexual diferente da heterossexual. Por isso, os cidadãos que tenham essa orientação não habitual aos olhos de muitos, sofrem obstáculos de integração e inclusão social, através da discriminação, do preconceito, entre outros meios de exclusão social.

Na perspectiva de Almeida (1996), a masculinidade hegemónica se constitui, então, como um modelo ideal, praticamente irrealizável, que subordina outras possíveis variedades de masculinidades e exerce um efeito controlador no processo de constituição de identidades masculinas. Por isso, não se aceita a ideia de que um indivíduo possa ter relações sexuais com outro do mesmo sexo.

O estudo de Machava (2013) complementa a asserção de Almeida (1999) sublinhando que a masculinidade é um traço hegemónico em nossas sociedades. Portanto, não há lugar para que a prática de relações sexuais entre homens aconteça, assim como entre mulheres.

Nesse sentido, de acordo com Costa & Vanin (2005), a maneira como os cidadãos homossexuais são tratados na sociedade e na família influi na qualidade de vida destas pessoas. Em função disso, a presença de um quadro generalizado por actos de violência contra homossexuais na família revelam-se comum, porém, essa violência não é vista como privação dos direitos, mas sim, como uma correcção que levaria o filho ‘de volta à heterossexualidade’, considerada a conduta ‘normal’ (Costa & Vanin, 2005). Adicionalmente, as famílias usam de intensa violência contra homossexuais em nome do “amor e protecção” providos de conceitos sociais e históricos.

Embora haja uma ideologia conservadora e resistente sobre a liberalização da homossexualidade em Moçambique e, em muitas outras partes do mundo, no domínio científico e institucional, já surgem, mesmo que de maneira tímida, estudos e organizações nacionais e internacionais que se dedicam à defesa dos direitos humanos e das minorias sexuais. Alguns destes movimentos são: Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais (GLBT); a *Woman and Law in Southern África* (WLSA), a Liga dos Direitos Humanos (LDH), a Associação Moçambicana para Defesa das Minorias Sexuais (Associação LAMBDA), a *United Nations Population Fund* (UNFPA), entre muitos outros.

Estas instituições confrontam o pensamento conservador sobre a moral sexual e defendem a promoção de uma moral sexual mais liberal, segundo eles, tudo em prol dos direitos dos cidadãos. Por esta razão, decidimos estudar o fenómeno da homossexualidade no Distrito Municipal KaMaxakene.

A razão da escolha deste local deve-se ao facto de, durante a pesquisa exploratória junto de algumas famílias, a pesquisadora ter constatado que as mesmas ainda não tinham tido a experiência de alguma Intervenção Social para a promoção da aceitação de membros homossexuais nas suas famílias. Alguns Assistentes Sociais abordados demonstraram, inclusivamente receios sobre como abordar as famílias com membros de orientação sexual diferente da considerada normal, mesmo face à necessidade de apoiar tais famílias, sobretudo na integração das pessoas homossexuais. Assim, por isso, levantamos a seguinte pergunta de partida:

Quais são os desafios do Assistente Social na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família?

Hipóteses de causa

Hipótese 01:

O conservadorismo cultural e religioso assumido e vivenciado nalgumas famílias moçambicanas propicia a concepção da homossexualidade como fenómeno impuro, de tal modo que elas não aceitam conviver com pessoas com orientação homossexual.

Hipótese 00:

O conservadorismo cultural e religioso assumido e vivenciado nalgumas famílias moçambicanas não é um factor que propicia a concepção da homossexualidade como fenómeno impuro, de tal modo que parte delas aceitam conviver com pessoas com orientação homossexual.

Justificativa

A escolha do presente tema foi motivada pela constatação da existência de pouco espaço dado ao Assistente Social moçambicano para actuar na promoção da aceitação de pessoas homossexuais no seio familiar. Por outro lado, desconhece-se uma abordagem de treinamento e capacitação dos Assistentes Sociais nacionais para lidar com a homossexualidade. Esse escasso espaço dado ao profissional de intervenção Social pode ser motivado, por um lado, pelo facto de a área do Serviço Social ser ainda emergente em Moçambique.

Por outro lado, constata-se que, embora a homossexualidade seja uma questão cada vez mais recorrente nas sociedades contemporâneas, ela continua sendo vítima de rejeição social e familiar. A sociedade, particularmente a moçambicana, como demonstrado por alguns autores (Almeida, 1999; Machava, 2013) não aceita a ideia de outro tipo de orientação sexual a não ser a heterossexual.

Por essa razão, como estudante de Serviço Social interessa saber quais os desafios que esta área profissional enfrenta na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família.

Assim, este estudo apresenta uma contribuição científica e social, na medida em que traz uma abordagem emergente para a área do Serviço Social com subsídios sobre os desafios e as estratégias que os assistentes sociais usam na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família. É por isso que, para as famílias, os resultados deste trabalho podem ajudar a desenvolver o espírito de tolerância face aos membros homossexuais e a sua conseqüente integração e inclusão na família. Para os assistentes sociais, por sua vez, o estudo vai encorajar aos outros para que se engajem na promoção e defesa dos direitos dos homossexuais na família e na sociedade.

Objectivos

Geral

- ✓ Analisar os desafios do Assistente Social na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família.

Específicos

- ✓ Descrever o papel do Assistente Social na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família;
- ✓ Identificar os principais obstáculos que o assistente social encara na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família;
- ✓ Definir estratégias de intervenção social com vista a melhorar o processo de aceitação de pessoas homossexuais na família.

Estrutura do trabalho

À luz do quadro desenhado, o estudo vai articular-se em cinco partes:

- A parte introdutória, em que se contextualiza o problema a nível nacional e internacional, descreve-se a natureza e origem do problema, delimitam-se os objectivos de pesquisa, indicam-se as hipóteses da pesquisa, discute-se a relevância do estudo e apresenta-se a estrutura da pesquisa.
- O capítulo I é dedicado à revisão da literatura, que integra o quadro teórico e o enquadramento conceptual. Nele, apresentam-se as teorias sobre o assunto em análise, definem-se os principais conceitos à volta dos quais se desenvolve esta pesquisa.
- O capítulo II é reservado à apresentação do plano de intervenção das actividades que serão executadas no campo de pesquisa, como forma de intervir sobre a questão social que nos foi apresentada.
- O capítulo III apresenta a metodologia. Neste capítulo, explicam-se os procedimentos usados para a recolha e tratamento de dados, assim como para abordar o assunto principal da pesquisa.

- O capítulo IV apresenta e analisa os dados, explicam-se os resultados do estudo, correlacionando-os com os objectivos e as questões previamente delimitadas.
- O capítulo V, dedicado às conclusões e sugestões, sumariza-se os aspectos mais salientes discutidos nos capítulos anteriores, clarificando em que medida tais aspectos satisfazem os objectivos e as questões de pesquisa propostos.

CAPÍTULO I – QUADRO TEÓRICO/REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo apresenta o suporte teórico para a compreensão dos desafios do assistente social na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família no distrito municipal Kamaxaquene, na cidade de Maputo.

Sendo que este estudo gira em torno de uma realidade social, o estudo orienta-se em uma teoria para sua melhor compreensão. Neste sentido, o presente estudo orientou-se através da teoria Fenomenológica de Alfred Schutz.

1.1 Quadro teórico

A fenomenologia sociológica de Alfred Schutz insere-se nas Ciências Sociais como uma Sociologia da vida cotidiana, pois busca o significado subjectivo da conduta social. Schutz (2012) toma como princípio que só é possível conhecer a experiência significativa dos sujeitos, via conhecimento da intencionalidade, movimento que somente à consciência compete fazê-lo. É importante dizer que Schutz, com base nos princípios filosóficos de Husserl, “dá consistência sociológica aos princípios filosóficos de Husserl e cria teoria e método para abordagem da realidade social.” (Minayo, 2010, p.144).

A fenomenologia dá sentido a um rompimento com a proposta de verdade universal pregada pelos métodos experimentais e quantitativos, que apregoavam a descrição do facto, daquilo que se denominava real. Certamente havia interesse em controlar variáveis que interferiam no humano, que passava a ser o sujeito experimental. A fenomenologia aparece resgatando o vivido internamente, o subjectivo (Schultz, 2012).

Assim, Ribeiro (2011) acentua que a fenomenologia é uma teoria para fora, que se dirige ao outro, que não está encapsulada em si mesma. Ela é um instrumento de trabalho perfeito, porque conduz a pessoa a sair de si mesma, a não se ver como centro e princípio do mundo fora dela. Ela conduz a uma postura de humildade, de súplica diante das infinitas possibilidades que as coisas possuem e das quais a pessoa não se pode abeirar, a não ser se deixando, ela mesma, de fora do outro para, só então, encontrar-se com ele, na simplicidade da observação experienciada e descritiva (Ribeiro, 2011, p.93, 94). É neste sentido que nos interessa analisar a homossexualidade, na perspectiva dos desafios enfrentados pelo Assistente Social. A partir da

fenomenologia, entende-se a homossexualidade como um fenómeno cujos seus fundamentos essenciais devem ser considerados.

Na pesquisa fenomenológica, o pesquisador busca alcançar a visão das essências e para isso descreve e analisa fenómenos perceptíveis (Schultz, 2012). Portanto, tendo como objecto o fenómeno, o objectivo é conhecer o mundo através das experiências do sujeito.

O objectivo deste estudo é o de analisar os desafios dos Assistentes Sociais na promoção de Aceitação de pessoas homossexuais na família, analisando a experiência fenomenológica da descoberta da orientação sexual dos filhos.

1.2 Enquadramento Conceptual

O enquadramento conceptual consiste em trazer os conceitos julgados relevantes para que sejam discutidos antes de abordar outros aspectos inerentes ao trabalho. Trata-se de conceitos fundamentais relacionados aos temas em estudo, como o Assistente Social, a Orientação Sexual, a Homossexualidade e a Família.

1.2.1 Assistente Social

Iamamoto (2000) afirma que o assistente social trabalha directamente com a questão social nas mais variadas expressões do quotidiano, ou seja, nas diversas áreas de actuação profissional: saúde, educação, habitação, criança e adolescente, dentre outras. Afirma ainda que esse fenómeno é a matéria-prima do trabalho profissional, sendo a prática profissional compreendida como uma especialização do trabalho. O entendimento supracitado é reafirmado por Furtado (2004), quando diz que trabalhar a questão social não é tarefa fácil, pois, implica numa série de desafios e dificuldades que têm de ser superados através de metodologias e estratégias que se adequam a cada realidade social.

Sendo assim, o Assistente Social adquire um papel relevante para a defesa dos direitos sociais, ao trabalhar quotidianamente com as interfaces da questão social, sendo muito importante sua actuação junto à classe trabalhadora, incentivando/assessorando iniciativas de mobilização social e reconhecendo as implicações éticas do seu fazer profissional.

Em suma, pode-se afirmar que o Serviço Social é uma profissão interventiva que busca diminuir as disparidades sociais, então há necessidade do Assistente Social actuar, através de pesquisas e análises da realidade social, na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais que buscam a preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos e a justiça social.

O Assistente Social é um profissional que visa a mudança social, este participa no planeamento, na execução, avaliação de políticas e serviços de carácter preventivos destinados ao bem comum. É muitas vezes um mediador entre as pessoas e o serviço, defendendo e garantindo a protecção através de políticas sociais.

O trabalho do Assistente Social, tem como objectivo garantir direitos e assistência para a população desamparada, fazendo isso por meio de políticas sociais, de forma organizada e planeada, lutando contra os problemas das injustiças que podem afectar os desamparados socialmente. A função universal do Serviço social é a intervenção nos problemas sociais que impedem a sobrevivência dos indivíduos, e nas que limitam sua capacidade de desenvolvimento biopsicossocial.

Sendo o Assistente Social um profissional que trabalha em prol da viabilização dos direitos dos cidadãos, este desempenha um papel importante para dar respostas aos problemas sociais. Este fazer profissional requer o conhecimento da questão social, como um dos objectos de intervenção e demanda para sua actuação profissional.

1.2.2 Orientação sexual

O conceito de Orientação Sexual é definido por vários autores que compartilham o facto de ser a preferência sexual de cada indivíduo. Suplicy (1986) define a orientação sexual como a expressão sexual de cada indivíduo por um membro de outro sexo, do mesmo sexo, ou por ambos os sexos. Para o autor, não se sabe se a orientação sexual é determinada pelo social, por factores biológicos ou sociais. Diante da definição apresentada pelo autor, podemos observar que não descarta o facto de a orientação sexual ser determinada por factores sociais ou biológicos.

Por sua vez, Costa (1994) prefere usar a expressão orientação sexual como sendo afectivo - sexual, e para ele, a “orientação sexual” é usada para designar se esse relacionamento se vai dar

com alguém do sexo oposto, do mesmo sexo, ou com pessoas de ambos os sexos. Diferentemente de Suplicy (1986), este estudioso, acrescenta o termo “afectivo” para deixar claro que esse relacionamento não é só de ordem sexual, mas também envolve o amor e o afecto, onde o afecto pode ser de natureza positiva ou negativa, isto porque, nem sempre o afecto e sexo estão relacionados. Um dos pontos que podemos notar na definição de Costa (1994), é o facto de não mencionar se a orientação sexual é determinada por factores biológicos ou sociais.

As definições acima mencionadas são similares por abordarem a orientação sexual enquanto relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, de sexos opostos ou de ambos os sexos. No presente estudo, optamos por fazer o uso da definição de Suplicy (1986), que olha para a orientação sexual como a preferência que a pessoa tem de se relacionar com as pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou de ambos os sexos, e que não se sabe se é determinada por factores sociais ou biológicos. Neste sentido, acreditamos que tanto os factores biológicos e sociais podem determinar a orientação sexual dos homossexuais.

1.2.3. Homossexualidade

Para Banditer (1993), a homossexualidade é compreendida enquanto uma relação que envolve pessoas do mesmo sexo: homem/homem ou mulher/mulher, e que se constitui como um modelo anormal de comportamento. Podemos observar na definição acima que, o autor concebe a homossexualidade somente enquanto uma relação que envolve duas pessoas, e que não traz a possibilidade da homossexualidade se referir a atracção entre duas pessoas do mesmo sexo por mais que não cheguem a relacionar-se. Por sua vez, Oliveira (2011) concebe a homossexualidade como a atracção que uma pessoa sente por outra do mesmo sexo, mesmo que esta não se envolva na relação. Nesta definição, a homossexualidade constitui uma simples atracção sem que, necessariamente, se precise materializar a relação entre a pessoa que atrai e a pessoa atraída. Podemos verificar na definição do autor que, o importante é a atracção que uma pessoa sente por outra do mesmo sexo e não o grau do envolvimento na relação.

As definições de homossexualidade apresentam um consenso quanto à sua consideração em envolver pessoas do mesmo sexo, contudo, divergem quanto ao nível do envolvimento entre si. Neste sentido, recorreremos ao uso da definição de Oliveira (2011), que concebe a homossexualidade como atracção de uma pessoa por outra do mesmo sexo. Para o estudo, não interessou

o grau de envolvimento entre os homossexuais, nem o facto de serem ou não assumidos, mas o facto de serem homossexuais, pois pretendíamos captar informações acerca da relação entre a orientação sexual dos mesmos (gays e lésbicas) e a orientação sexual de seus familiares.

1.2.4. Família

De acordo com Nogueira (2014), a expressão família, num primeiro momento surgiu com o intuito de designar o conjunto de escravos e servidores que viviam sob a jurisdição do “pater” famílias. Com sua ampliação, tornou-se sinónimo de “Gens” que seria o conjunto de agnados (os submetidos ao poder em decorrência do casamento) e os cognados (parentes pelo lado materno). No decorrer do tempo, o termo família passou a ser usado para designar uma sociedade natural formada por indivíduos unidos por laços de sangue ou de afinidade, onde os laços de sangue resultam da descendência e de afinidade resultam da entrada de um dos cônjuges e seus parentes que se agregam à entidade familiar pelo casamento.

Na sequência, Brioli (2014) define a família como sendo um combinado de normas, valores e práticas que se introduzem num certo espaço, história ou tempo, compreendendo diferentes ligações que abrangem controlo do trabalho e remuneração, papéis sociais de mulheres, homens e também de crianças, afectos e sexualidade. É um sistema altamente interactivo, pois, o que ocorre com um dos seus elementos repercute-se em todo ele e está inserido em uma unidade social maior, sofrendo o impacto de guerras, recessão económica, etc.

As definições acima diferem, na medida em que Nogueira (2014) ao definir família tende a olhá-la como sendo aquela formada por laços de sangue e afinidade, onde os laços de sangue resultam da descendência, e os laços de afinidade resultam da entrada de um dos cônjuges, enquanto Brioli (2014) olha para a família como sendo a unidade básica de desenvolvimento, experiência, realização, fracasso e enfermidade e não trás os elementos essenciais que constituem a família. Neste sentido, para o estudo recorreremos à definição de Nogueira (2014), na medida em que olhamos para a família como sendo aquela constituída por laços de sangue. Assim sendo, o conceito família para o estudo, envolve os progenitores dos homossexuais, avós, tios, primos e irmãos.

1.3 Breve História da Concepção da Homossexualidade

Ao longo do tempo, a homossexualidade foi assumindo várias formas. No entanto, consideramos fundamental trazer uma breve perspectiva histórica acerca do processo evolutivo da concepção de homossexualidade.

A sexualidade é um aspecto presente e influente no quotidiano, pois ela não somente implica nas relações entre pessoas de sexo diferentes, mas define as suas concepções e expectativas. Influi em áreas como: trabalho e amizade e, por vezes, de forma imperceptível (Mott, 2003).

O termo homossexualismo foi proposto pelo médico Húngaro Benkert, com a finalidade de transferir do domínio jurídico para o domínio médico esta questão da sexualidade (Miskolci, 2007).

Na Idade Média, a igreja católica torna-se a maior perseguidora das pessoas com a orientação homossexual, e qualquer acto sexual desprovido de função procriativa era caracterizado como pecado. As relações homossexuais recebiam o sufixo "ismo", e eram consideradas pela ciência e religião como uma anomalia da natureza (Massalambane, 2017).

Na mesma senda, Ceccarelli (2000) afirma que a visão da sociedade quanto à identidade sexual começou a mudar quando a igreja relacionou a moralidade com a conduta sexual, criando uma norma que proibia qualquer tipo de relacionamento que não fosse entre homem e mulher com o objectivo da procriação. No entanto, a partir de 1993, a homossexualidade deixa de ser classificada como doença e passa a ser definida como uma orientação sexual, ou seja, a Classificação Internacional de Doenças (CID) retirou o sufixo “ismo”, do termo homossexualismo, que significa doença e substituiu pelo “dade” que quer dizer modo de ser. Assim, na actualidade a terminologia homossexualismo não é correcta, mas homossexualidade.

Na idade moderna, tudo que fugisse das relações matrimoniais voltadas para a reprodução era considerado “contra a natureza” e “contra a lei” (Mott, 2003).

A noção de uma sexualidade má, errada, suja, entre outras formas, tem a sua origem em noções que vão passando de geração para geração sem serem questionados. Assim, criou-se um imaginário que definia a figura dos homossexuais, entre outros que exercem práticas sexuais fora da finalidade de procriação, como pessoas moralmente desordenadas (Butler, 2003).

Desde a sua invenção médico-legal, a homossexualidade representou uma suposta ameaça à ordem, uma prática estigmatizada e passou a ser encarada como um desvio da normalidade e o homossexual tornou-se alvo de preocupação por encarar "temores" de uma sociedade com rígidos padrões de comportamento (Miskolci, 2007).

A partir de meados do século XX, houve maior tolerância e respeito aos homossexuais, como reflexo da positivação dos direitos humanos e do princípio da dignidade da pessoa humana. Entretanto, os homossexuais passaram a organizar-se juridicamente, através de grupos de pressão voltados para a defesa dos seus direitos de cidadania (Butler, 2003).

Na época pós-moderna, a maior preocupação no que diz respeito à homossexualidade, tem sido a violência simbólica contra homossexuais que está presente na nossa sociedade, tanto pela linguagem utilizada, quanto pela forma como os gays e as lésbicas assumidos são olhados quando passam pelas ruas e avenidas, pois, os murmúrios, o riso de gozo, as palavras ofensivas têm sido as reacções mais tentadoras e “naturais” para muitos. E, os dedos que indiscretamente se lhes apontam reflectem implícita ou explicitamente o que vai à mente de cada um quando olha para os homossexuais (Nota, 2012).

Massalambane (2017: p. 04) salienta que “em África é bastante difundida a ideia segundo a qual a homossexualidade é uma prática exógena ao continente e resultado de contactos que foram estabelecidos com povos estrangeiros”.

Na sua óptica, a percepção de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo no continente africano era inexistente, pois estas sociedades davam valor aos casamentos heterossexuais e à reprodução. Porém, na actualidade, estas sociedades ainda continuam a dar valor aos casamentos heterossexuais.

No contexto moçambicano, a informação que existe sobre a homossexualidade foi produzida por Organizações que se dedicam à defesa dos direitos humanos das minorias sexuais, como é caso da Woman and Law in Southern Africa (WLSA), Associação LAMBDA, Liga dos Direitos Humanos (LDH) e Pathfinder.

De acordo com WLSA (2008), em Moçambique há um vazio legal no que concerne à questão da homossexualidade, pelo facto de não estar clarificado na Lei Moçambicana se ela é aceite ou não.

Bagnol (1996) refere que a homossexualidade em Moçambique vem sendo praticada há bastante tempo e existem grupos sociais como de mineiros, prisioneiros, soldados e curandeiros, onde as práticas homoeróticas são muito frequentes. Na sua perspectiva, tais práticas são frequentes devido ao convívio longo e permanente com indivíduos do mesmo sexo (mineiros, soldados e prisioneiros) e, no caso dos curandeiros, referem ser possuídos por espíritos que os fazem envolver-se com indivíduos do mesmo sexo.

Segundo Bagnol (1996), o homo erotismo para os mineiros ou indígenas não era pecado e não estigmatizavam quem a praticasse. Porém, os dirigentes dos *componds* mantiveram o silêncio sobre estas práticas e por respeito aos missionários, qualquer pessoa que tivesse relacionamento com outra do mesmo sexo era condenada a 12 meses de prisão. Actualmente, a prática da homossexualidade nas minas diminuiu, devido a maior liberdade de movimento homossexual.

Machava (2013) afirma que no contexto moçambicano, até aos dias de hoje, o preconceito contra a homossexualidade tomou várias formas, e junto algumas crenças traduziram-se na ideia segundo a qual, o indivíduo heterossexual é o “natural e o correcto”, pois, associa-se a ideia de que Deus criou o homem e a mulher com o objectivos destes procriarem. E nestas condições, a homossexualidade é tida como uma forma contrária à natureza, conseqüentemente, contraria a vontade divina. Como resultado, os homossexuais são estigmatizados e discriminados pelos membros da sociedade.

Na sua óptica, tendo em conta que a sociedade é que determina critérios e princípios que regulam o padrão de comportamento que os indivíduos devem adoptar, esse padrão de comportamento é que vai influenciar e condicionar o modo de vida, e a forma como os membros da sociedade devem comportar-se e, conseqüentemente, determinam o modelo ideal do indivíduo aceite pela sociedade.

Com base na contextualização apresentada pode-se observar que em cada época a homossexualidade é concebida de forma diferente. Num primeiro momento, a homossexualidade surgiu com o intuito de tratar de uma doença, mas com o passar do tempo, essa concepção foi mudando

e, na actualidade não é encarada como uma doença, mas como um modo de ser e estar. Também, pode-se observar a evolução da concepção da "homossexualidade" no contexto moçambicano.

1.4 Aceitação dos Homossexuais na Família

De acordo com Santa (2009), alguns homossexuais têm um grande problema de auto-aceitação, às vezes pelo facto de seus pais também não aceitarem a homossexualidade, esse factor tem levado muitos homossexuais a entrarem em depressão, porque já é difícil lidar com a sociedade, e ainda ter que lidar com seus pais, quem deveria mais apoiar, dar as costas. De acordo com Santa (2009) é no espaço onde circula o amor que se constrói uma grande parte da identidade pessoal dos indivíduos. Desse modo é preciso o reconhecimento da família, para que os LGBT possam sentir-se acolhidos. Embora quando um filho revela ou é descoberto por seus familiares, segundo Otini (2014), o menos mau que ocorre é a homofobia liberal, quando a homossexualidade não é vista como legítima, mas ela pode ser tolerada, desde quando o indivíduo não apareça com comportamentos homossexuais e não apresente nenhuma acção do mesmo.

Então, muitos preferem ficar escondidos, disfarçando com um namoro de sexo oposto só para agradar aos pais, também para não perder aquele convívio agradável que tem com a sua família. Em uma pesquisa de campo, a psicóloga Lívia Toledo entrevistou uma menina chamada Júlia, que a dada altura relatou:

Eu penso que, se eu contar, eles [irmãos de Júlia] podem muito bem conversar com os meus pais e a situação toda mudar. Ficar muito melhor para mim. Mas, ao mesmo tempo que eu penso, eu falo: 'Putz. Será que eu não posso acabar com tudo isso?'. [...] acabar com todo esse carinho que a gente tem um pelo outro. Posso estragar a família por causa disso (Narrativa de Júlia, 19 anos (Toledo, 2013, p. 232)).

Então, nota-se que a questão de "decepcionar" os pais define o modo de actuação na vida de muitos homossexuais. Dessa forma, os homossexuais são reprimidos por causa da sua família, por já saberem a "reacção" dos seus pais, na qual pode haver uma forma cruel de preconceitos, já que estes demonstram ser preconceituosos. Alguns pais, segundo Shulman (2009), já começam a demonstrar formas preconceituosas mesmo não sabendo da orientação do filho, essas formas são ofensas, agressividades e até ameaças contra os LGBTQ.

1.5 Convenções Internacionais sobre os Direitos dos LGBT+

O sistema de proteção de minorias criado pela Liga das Nações era assimétrico, uma vez que não se aplicava a todos os Estados de forma igual. Por conseguinte, foi um sistema que desde a sua concepção gerou críticas e tensões. A eclosão da Segunda Guerra Mundial, com a perseguição a grupos pertencentes a minorias, espelha o fracasso desse sistema, assim como o da Liga das Nações como um todo. Já a Organização das Nações Unidas não possui sistema específico de proteção de minorias, questão que é englobada pelo sistema de proteção dos direitos humanos, impondo obrigações uniformes a todos os Estados.

Em 1973, o homossexualismo foi removido da lista de doenças mentais elaborada pela Associação Psiquiátrica Americana e, em 1990, foi retirado da lista do Código Internacional de Doenças, organizado pela Organização Mundial da Saúde (Narayan, 2006,).

Entretanto, de acordo com um estudo recente, actos homossexuais ainda são considerados ilegais em 78 países¹⁰, grande parte deles localizados em África. Dentre eles, Mauritânia, Sudão, Irão, Arábia Saudita e Iémen, assim como algumas partes da Nigéria e da Somália, punem actos homossexuais com pena de morte (ILGA, 2014). Ademais, leis de propaganda anti-homossexual foram implementadas recentemente em alguns países europeus, asiáticos e africanos¹¹ (ILGA, 2014).

Isso demonstra que, não obstante ter havido um desenvolvimento significativo dos direitos humanos na esfera internacional, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, as minorias sexuais ainda são vítimas de graves violações de direitos humanos. Porém, o que merece destaque é que, ao mesmo tempo em que não há um conjunto normativo que proteja especificamente essas minorias, muitas vezes, é-lhes negada a garantia dos direitos previstos em instrumentos gerais de direitos humanos.

Fato é que todos os argumentos utilizados de forma a justificar a não aplicabilidade de determinados direitos fundamentais às minorias sexuais são falhos e carecem de bases jurídicas sólidas. Ao contrário do que se poderia alegar em relação às outras minorias, as minorias sexuais não vão de encontro à soberania estatal e à integridade territorial dos Estados. Aliás, como explicar que os direitos humanos, teoricamente reconhecidos a todos os seres humanos, podem deixar de ser garantidos aos seres humanos pertencentes a minorias sexuais? Contudo, o campo

de proteção dos direitos das pessoas LGBT começa a ser ampliado, com ênfase para a jurisprudência internacional, actuação de organizações não governamentais (ONG), do Alto Comissariado para os Direitos Humanos e do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

1.6 Movimento Homossexual em Moçambique

De acordo com Omar (2019), já se passavam sensivelmente 12 anos, desde que um grupo de cidadãos, em representação da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT), através da LAMBDA, uma associação moçambicana que advoga o reconhecimento dos direitos humanos deste grupo, requereu a sua legalização no Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, mas que até ao momento não existe um desfecho sobre o assunto.

Omar (2019) cita o terceiro relatório sobre os Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, que menciona que não existe clareza do posicionamento político sobre a situação dos cidadãos LGBT, pois, embora sejam tolerados, “a falta da sua inclusão em instrumentos legais e de política pública enfraquece os seus direitos”, para além da sua situação económica e social, que é considerada deplorável. Ou seja, de acordo com Omar (2019), a comunidade LGBT+, em Moçambique, ainda não possui reconhecimento no quadro legal.

De acordo com a Ordem dos Advogados citada por Omar (2019), em Moçambique ainda se continua a ignorar o artigo 35 da Constituição da República, que diz o seguinte: “todos os cidadãos são iguais perante a Lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política”.

Assim, de acordo com OAM, este artigo não é cumprido na íntegra, existindo instituições, como Ministério do Género, Criança e Acção Social, que não tratam da protecção dos direitos das pessoas LGBT e, muito menos, respeitam o artigo 11 da CRM. Ou seja, o Ministério do Género, Criança e Acção Social nunca se mostrou preocupado com a situação das populações LGBT (Omar, 2019).

Acrescentando, a OAM diz que o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos “continua silencioso sobre o reconhecimento ou não da Associação Lambda”, o que, no seu

entender, “legitima a discriminação e reforça o estigma a que as pessoas LGBT estão sujeitas nas comunidades, no local de trabalho, nos serviços de saúde, na escola, entre outros”.

Ademais, segundo concluiu a OAM, o Estado moçambicano, por não reconhecer a comunidade LGBT, perpetua a ideia de que estes cidadãos são menos importantes que todos os outros moçambicanos, colocando-os, assim, em situação de inferioridade, desvantagem e desigualdade em relação aos outros.

O relatório lembra que o Conselho Constitucional (CC), através do acórdão n° 7/CC/2017, de 31 de Outubro, rebateu o posicionamento do Governo que não quer reconhecer a associação alegadamente por preceitos de ordem moral (Omar, 2019).

Relativamente a esta temática, segundo Omar (2019), o Relatório termina recomendando o Governo a observar os compromissos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), no seu artigo 2 e 43, que definem a população LGBT como população-chave e vulnerável à violação dos seus direitos, sendo necessário protegê-la contra qualquer forma de discriminação.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE RECOLHA DE DADOS

Neste capítulo apresentamos a metodologia que adoptámos para a realização do estudo, onde trazemos os métodos aos quais recorreremos bem como as técnicas de recolha de dados, e ainda as técnicas de definição da amostra e os constrangimentos que enfrentámos durante a recolha de dados. Procurámos também explicar os procedimentos que seguimos para colocar em prática cada um destes elementos.

2.1. Descrição do local de pesquisa

Esta pesquisa foi realizada no Distrito Municipal Kamaxaquene junto de famílias com membros homossexuais e de assistentes sociais que lidam com a experiência de promover a aceitação de pessoas homossexuais nas famílias.

O Distrito Municipal KaMaxaquene está localizado numa zona de confluência de três distritos. A norte faz fronteira com o Distrito Municipal ou KaMavota, através da avenida das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). Ao Sul é limitado pelo Distrito Municipal nº 1 ou Kapfumu na Avenida de Angola e Joaquim Chissano. A Oeste faz fronteira com o Distrito Municipal nº 2 ou KaLhamankulu, na Avenida de Angola e a Este pelo Distrito Municipal nº 1, através da Avenida Marginal. O nosso campo de análise é o Bairro de KaMaxaquene “B” localizado dentro do Distrito Municipal nº 3, hoje denominado Distrito Municipal KaMaxaquene.

O Distrito Municipal KaMaxaquene tem 430 quarteirões e está dividido em 8 bairros nomeadamente: Mafalala com 54 quarteirões, Urbanização com 27, Polana Caniço “A” com 77, Polana Caniço”B” com 55, Maxaquene “A” com 60, Maxaquene “B” com 75, KaMaxaquene “C” com 42 e Maxaquene “D” com 37 quarteirões, e ocupa uma área de 19,9 km² (INE, 2017).

O universo populacional está estimado em cerca de 195.556 habitantes por Km² dos quais, neste universo, podemos encontrar 95.659 homens e 99.897 mulheres e em termos de agregado familiar regista-se um universo de 84.380. No entanto, dentro do Distrito Municipal KaMaxaquene encontra-se Maxaquene “B”. Maxaquene “B” está dentro do Bairro da Maxaquene que subdivide-se em quatro zonas, sendo Maxaquene “A”, Maxaquene “B”, Maxaquene “C” e Maxaquene “D” (INE, 2017).

Segundo o INE (2017), o bairro possui uma população total de 25 914 habitantes, sendo 13 261 do sexo feminino e 12 653 do sexo masculino. Esta população, em termos de agregado, encontra-se distribuída em cerca 15.574 famílias. Este distrito tem como indicadores de pobreza de 56% e o de desigualdade é de 0.40, segundo o perfil estatístico da Cidade de Maputo fornecido pelo INE (2017).

2.2. Tipo de Estudo

2.2.1. Quanto à natureza de pesquisa

Neste trabalho, adoptamos a pesquisa qualitativa. Segundo Oliveira (2011), a pesquisa qualitativa procura captar não só a aparência do fenómeno como também as suas essências, procurando explicar a sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. Neste trabalho, a pesquisa qualitativa possibilita identificar os principais obstáculos que o assistente social encara na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família e definir estratégias de intervenção social com vista a promover a mudança de mentalidade nas famílias no tratamento de pessoas homossexuais na família.

2.2.2. Quanto aos objectivos da pesquisa

Quanto aos objectivos e devido à natureza deste trabalho, adoptamos uma pesquisa exploratória. Segundo Prodanov e Freitas (2003), a pesquisa é exploratória quando ela se encontra na fase preliminar, tendo como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objectivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto.

Ainda, segundo o autor, em geral, este tipo de pesquisa assume as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. Portanto, a presente pesquisa enquadra-se certamente no domínio da pesquisa exploratória. E esta será fundamental para fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema e, ainda, explorar o campo com vista a avaliar o assunto em contexto real e proporcionar resultados consistentes.

2.2.3. Quanto à escolha do objecto de pesquisa

Nos últimos tempos, quase todo o trabalho científico socorreu-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que o autor sempre faz referência a trabalhos bibliográficos de autores anteriores para sustentar a sua pesquisa. Neste trabalho, não só foi adoptada uma pesquisa bibliográfica, como também foi realizada uma pesquisa de campo, na forma de um estudo de caso.

De acordo com Oliveira (2011) citando Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática. Portanto, a adopção da pesquisa bibliográfica neste trabalho se justifica pelo facto de se ter recolhido vastas informações em bibliografias anteriores para se construir a base teórica.

Já a pesquisa de campo, por sua vez, é definida por Lakatos e Marconi (2003) como uma pesquisa que consiste na observação de factos e fenómenos tal como ocorrem espontaneamente, na colecta de dados a eles referentes e no registo de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. A construção deste trabalho será feita com base em dados colectados num campo delimitado, neste caso no Distrito Municipal Kamaxaquene, junto de algumas famílias com membros homossexuais e junto de assistentes sociais que nele actuam.

2.3. Método de abordagem

Para esta pesquisa, aplicou-se o método de abordagem, uma vez que é o método que possui carácter mais geral. É responsável pelo raciocínio utilizado no desenvolvimento da pesquisa, ou seja, procedimentos gerais que norteiam o desenvolvimento das etapas fundamentais de uma pesquisa científica (Tako e Kameo, 2023).

2.3.1. Método indutivo

Julga-se útil nesta pesquisa, uma vez que se tencionou, com base nos resultados do estudo, generalizá-los para um contexto nacional. É um método responsável pela generalização, isto é, parte-se de algo particular para uma questão mais ampla, ou seja, geral.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 86):

“Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam”.

O seu objectivo é “[...] chegar a conclusões mais amplas do que o conteúdo estabelecido pelas premissas nas quais está fundamentado” (Mezzaroba; Monteiro, 2003 p. 63).

2.4 População e amostra

Na visão de Richardson (2012) uma população é um conjunto de pessoas, itens ou eventos sobre os quais se quer fazer inferências. Nesta perspectiva, o presente estudo foi constituído por uma população de 30 famílias do Distrito Municipal KaMaxaquene, em particular aquelas que possuem membros homossexuais no seu seio; e por uma população de 20 assistentes sociais que promovem a integração e aceitação de pessoas homossexuais nas famílias, totalizando uma população de 50 participantes.

Para garantir a representatividade da mostra, foi usado o método da amostragem não probabilística intencional ou de selecção racional. Segundo Richardson (2012), os elementos que formam esta amostra relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador. Uma das vantagens desta amostra é de não pretender generalizações, mas aprofundar em termos significativos o universo estudado. Portanto, da população delimitada e seleccionada como amostra é de 5 famílias, cada uma delas com membros homossexuais no seu seio e 5 assistentes sociais cujo trabalho é promover a aceitação de membros homossexuais nas famílias. Assim, a amostra total foi de 10 participantes.

2.5. Instrumentos de recolha de dados

Para a recolha de dados em campo, nesta pesquisa, o instrumento que foi utilizado para o efeito foi a entrevista semi-estruturada e observação diária de campo.

A entrevista semi-estruturada é uma técnica primária mais usada nas ciências sociais para a recolha de dados. Lakatos e Marconi (2003) definem-na como sendo “um encontro entre duas

pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Existem vários tipos de entrevistas e entre eles, optou-se pela entrevista semi-estruturada, que permitiu à entrevistadora ter a liberdade de desenvolver a conversa em qualquer direcção que achar adequada para poder explorar mais amplamente a temática em estudo: promoção da integração de pessoas homossexuais na família. Neste tipo de entrevista, as perguntas são abertas e podem ser respondidas de maneira informal.

As entrevistas com as famílias decorreram no formato presencial, na casa das próprias famílias. Entrevistamos cinco representantes das famílias, três mães e dois pais. Quanto aos Assistentes Sociais, foram entrevistados, também, na modalidade presencial, nos seus locais de trabalho. As entrevistas foram gravadas por celular, e tiveram uma duração média de 30 minutos e, posteriormente, foram submetidas a transcrição.

Enquanto o roteiro de entrevista para as famílias continha 15 perguntas, o roteiro de entrevista para os Assistentes Sociais continha 17 perguntas. O processo de realização das entrevistas decorreu no mês de Agosto de 2023.

Por outro lado, a pesquisadora aplicou o método de observação. Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 27), “observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”. Para esses autores, a observação é vital para o estudo da realidade e de suas leis. Sem ela, o estudo seria reduzido a “[...] à simples conjectura e simples adivinhação”.

A observação também é considerada uma colecta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a “[...] identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI & LAKATOS, 1996, p. 79). A observação também obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade.

Foi nesta perspectiva que a pesquisadora aplicou este método, que consistiu em observar, no campo, as famílias na sua convivência com pessoas homossexuais, assim como a realização de palestras junto de pessoas homossexuais.

2.6. Análise e Tratamento de Dados

Como método de procedimento, privilegiámos o monográfico que nos possibilitou partir de informações ligadas a orientação sexual dos homossexuais e a aceitação dessas pessoas homossexuais nas suas famílias, que só poderiam ser acessíveis depois de se atingir um nível profundo de exploração. Foi neste sentido que pudemos atingir e recolher informação na qual conseguimos identificar os factores que influenciam a aceitação ou não de pessoas homossexuais nas famílias e os desafios do Assistente Social na promoção da aceitação de pessoas homossexuais nas famílias.

Segundo Gil (2007, p. 39), o método monográfico "parte do princípio de que o estudo de um caso pode ser considerado representativo em muitos outros", ou seja, entende-se que o estudo de um caso pode ser caracterizado como um estudo exaustivo permitindo conhecer ampla e detalhadamente a área seleccionada.

2.7. Validade e Fiabilidade dos Resultados

Um instrumento só é fiável quando é usado de acordo com a natureza e propósitos da pesquisa, assim como quando é capaz de fornecer resultados mais distantes possíveis de equivocado. Para garantir tal fiabilidade, procurou-se validar o instrumento. Lakatos e Marconi (2003), o objectivo, portanto, é verificar até que ponto esses instrumentos têm, realmente, condições de garantir resultados isentos de erros.

O roteiro de entrevista aplicado às famílias e aos assistentes sociais foi também validado. Antes do processo principal de recolha de dados, encenou-se um pré-teste dos instrumentos, no qual se entrevistou e se inquiriu um público parecido com o grupo-alvo do estudo. A partir desse pré-teste, identificaram-se algumas falhas: perguntas ambíguas, linguagem não acessível, questões fracas, etc. Estas falhas foram corrigidas com a reformulação dos instrumentos, adaptando-os ao contexto.

2.8. Considerações Éticas

Em pesquisas académicas, a observação da ética é um valor fundamental para o alcance de uma pesquisa de qualidade, com resultados e descobertas verdadeiras e legítimas. Nesta pesquisa,

também se optou por observar todos os princípios éticos, tanto os referentes a índole burocrática quanto aos referentes ao contacto e interacção com o grupo-alvo de estudo.

Sob o ponto de vista científico e burocrático, obedeceu-se às seguintes fases:

- A. Apresentação do Projecto de Pesquisa ao Departamento de Sociologia, no curso de Serviço Social da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane;
- B. Apresentação formal do pedido escrito ao grupo-alvo, onde de forma clara, explicou-se os objectivos e as modalidades de participação;
- C. Apresentação do consentimento informado para os pais ou encarregados das famílias que convivem com pessoas homossexuais;
- D. Por fim, garantia de liberdade de participação, que permite aos participantes continuar com a pesquisa ou interromper.

Já no campo de pesquisa, durante o processo de recolha de dados, a confidencialidade e anonimato foram cruciais para estabelecer uma comunicação bem-sucedida com os participantes. Durante a organização e tratamento de dados, codificou-se a identidade de todos os participantes, tratando as famílias com as siglas F1, F2, F3, F4, F5, e os Assistentes Sociais por A1, A2, A3, A4 e A5, por forma a garantir o sigilo dos participantes.

2.9. Constrangimentos da Pesquisa

Nesta pesquisa, os principais aspectos que constituíram constrangimentos para a pesquisadora foram:

- Um dos maiores constrangimentos teve haver com a desconfiança e o desconforto manifestados por algumas famílias que inibiram a espontaneidade;
- A exigência de introspecção da parte dos participantes que implicou pensar, sentir e agir, o que para alguns participantes não habituados ao trabalho de reflexão constituiu uma grande dificuldade.

- Os participantes não aceitaram com que fossem fotografados, por este constrangimento não foi possível com que no seu apêndice tivessem fotografias ou ilustrações que tivessem a ver com o campo de pesquisa.
- Durante as palestras de sensibilização estavam programadas a serem realizadas com outros profissionais, como psicólogos, mas devido à falta de disponibilidade dos mesmos, as palestras foram realizadas somente pela pesquisadora.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

3.1. Introdução

Neste capítulo, apresentamos o plano de intervenção das actividades que serão executadas no campo de pesquisa, como forma de intervir sobre as situações - problema que nos foram apresentadas. Para além das actividades, apresentamos os objectivos, responsável de execução, como executar, o local de execução e o período de execução.

Sendo o Serviço Social uma profissão que não só visa compreender questões sociais, mas também procura intervir para promover mudanças nas “situações -problema” do quotidiano que assolam as camadas mais vulneráveis, propomos este plano de intervenção, que nos vai ajudar a implementar a nossa intervenção.

De acordo com Gil (1999), o plano de intervenção busca resolver problemas. Esses problemas devem ser claros e precisos, empíricos, delimitados e passíveis de solução. Sendo esta uma pesquisa acção, em termos de procedimentos, interviremos em várias questões que se mostrarem tonantes.

É de suma importância frisar que as actividades propostas não visam apenas dar possíveis soluções aos problemas inerentes a problemática da presente pesquisa, mas também visam criar mecanismos de soluções a todos os problemas que forem captados durante o processo de recolha de dados e que afectem os sujeitos em análise. Esses objectivos serão alcançados através das seguintes actividades:

3.2. Visitas domiciliaries

Foram feitas visitas domiciliaries a 5 famílias com membros homossexuais no seu seio. A pesquisadora deslocou-se para a casa das famílias após um pré-aviso dado à família pela pesquisadora e pelas entidades locais (Chefe do quarteirão). Por dia foram feita uma visita a cada família alvo.

As visitas foram feitas com o objectivo de sensibilizar as famílias com membro homossexual sobre a importância da promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família, por forma a promover um ambiente de bem-estar e tranquilidade familiar.

As visitas domiciliárias também foram executadas como forma de solucionar os problemas de relacionamento entre alguns familiares e membros homossexuais, que por consequência, interferem na integração e socialização dessas pessoas, porque o apoio das famílias é preponderante nesse processo.

3.3. Palestras de sensibilização para as famílias

As palestras decorreram em 2 dias, onde a pesquisadora reuniu com as famílias que convivem com um membro homossexual no seu seio, para falar da importância da aceitação destas pessoas na família. No primeiro dia, a pesquisadora trabalhou com as famílias 1, 2 e 3. E, no segundo dia, a pesquisadora também trabalhou com as famílias 4 e 5.

Esta actividade visou dar a conhecer às famílias a importância que a integração e aceitação de pessoas homossexuais na família têm para a instalação de um ambiente harmonioso no seu seio, assim como promove o espírito de bem-estar no indivíduo homossexual.

3.4. Palestras de sensibilização para os Assistentes Sociais

As palestras orientadas pela pesquisadora para os Assistentes Sociais decorreram apenas em um (01) dia, em que a pesquisadora reuniu no mesmo espaço, todos os Assistentes Sociais que actuam no Distrito Municipal Kamaxaquene, que ainda não tiveram a experiência de intervir na promoção da aceitação de pessoas homossexuais nas famílias.

O objectivo da palestra foi abordar sobre a importância e a necessidade de orientar as famílias com membros homossexuais a se integrarem na família. Os Assistentes Sociais ficaram conscientes sobre a importância da aceitação destas pessoas na família.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Neste capítulo do trabalho procedemos com a apresentação, a análise, interpretação e discussão dos dados de campo a cerca do fenómeno em análise. Nesta ordem de ideias, sistematizámos três subcapítulos, sendo que no primeiro trazemos o perfil sócio demográfico dos representantes das famílias que convivem com membro homossexual; no segundo, a convivência na família e o papel do Assistente Social nesse processo; e no terceiro, descrevemos os obstáculos na convivência com membro homossexual na família.

4.1. Resultados Alcançados nas Famílias estudadas

4.1.1. O Perfil Demográfico dos Entrevistados

Em primeiro lugar, buscamos colher dados sobre a idade e o género dos membros familiares entrevistados, assim como o grau de parentesco em relação ao membro homossexual e há quanto tempo convivem com o membro homossexual na família cujos resultados constam no quadro abaixo:

Quadro 1: Perfil dos Entrevistados

	Idade	Género	Grau de Parentesco com o membro homossexual	Anos sabendo da homossexualidade do membro
F1	39	Feminino	Mãe	6
F2	42	Feminino	Mãe	4
F3	45	Masculino	Pai	7
F4	43	Feminino	Mãe	6
F5	52	Masculino	Pai	5

Fonte: Autora (2024)

Conforme podemos constatar, os representantes das famílias que fizeram parte da pesquisa têm idades compreendidas entre 38 e 52 anos de idade, de ambos os sexos, com relação de parentesco com o indivíduo homossexual de mãe, pai, tio e tia. Esses representantes das famílias já possuem

um mínimo de quatro anos e máximo de sete anos sabendo que o seu filho ou filha, sobrinho ou sobrinha revelou-se como homossexual.

4.1.2 Convivência na família e o Papel do Assistente Social

Neste subtítulo buscamos explorar acerca do que os pais pensam em relação à orientação sexual de seus filhos e que consideram seja o papel do Assistente Social na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família. Para tal, num primeiro momento procuramos saber sobre a forma como souberam que os seus filhos eram homossexuais. Observemos os depoimentos abaixo:

Eu soube que o meu filho é homossexual através de comentários de umas amigas, elas já vinham me alertando em relação à forma como o meu filho se comportava, mas eu sempre dizia a elas para pararem com esses comentários, porque não gostava que elas falassem assim em relação ao meu filho, mas no fundo eu também suspeitava, mas não perguntei nada a ele, até que um dia ele decidiu me contar e eu não soube se ia dizer o quê para ele, só fiquei calada, (F1, 11.08.23).

Eu descobri que a minha filha é homossexual, porque ela mesma me contou, mas eu já desconfiava porque via mensagens no telefone dela muito íntimas no número de uma mulher, mas eu não perguntava nada, quando ela me contou me doeu, mas com o passar do tempo fui entendendo ela, que ela não quis ser assim, são coisas que acontecem na vida, (F4, 12.08.23).

Os depoimentos acima apresentados ilustram que no momento de descoberta da orientação sexual dos filhos, os pais ficaram sem saber como agir com os seus filhos, mas com o passar do tempo acabaram entendendo-os. Deste modo, notamos que apesar das suspeitas sobre a orientação sexual dos filhos, os pais se mantêm em segredo, à espera que os filhos lhes confirmem sobre as suas suspeitas.

Outros, depois de terem noção da orientação sexual dos seus filhos, o que fazem é apoiá-los, na medida em que acreditam que devem ser os primeiros a compreendê-los, e que essa situação não afecta o carinho que têm pelos seus filhos, conforme ilustram os trechos abaixo:

Quando o meu filho me contou sobre a sua orientação sexual eu apoiei a ele, porque ele é uma pessoa normal como qualquer uma, se eu não apoiar ele, quem pode apoiar, eu mesma tenho que estar do lado do meu filho, (F2, 11.08.23).

O meu filho quando contou-me que é homossexual eu agi normalmente, apoiei ele, a nossa relação não chegou de mudar por esse motivo, continuei a olhar ele

com os mesmos olhos, porque ser homossexual é ser igual a qualquer uma outra pessoa, não tenho nada contra em relação ao facto dele se envolver com pessoas do mesmo sexo (F5, 12.08.23).

Os depoimentos acima demonstram que determinados pais quando têm conhecimento da orientação sexual de seus filhos, não demonstram nenhuma mudança quanto ao relacionamento para com eles. Eles os apoiam na decisão tomada por eles. Este comportamento dos pais significa que eles colocam o vínculo sanguíneo e familiar de pai e filho acima das escolhas de orientação sexual dos filhos. Ou seja, independentemente das escolhas dos filhos, os pais amam-nos e apoiam-nos porque continuam sendo seus filhos. Não obstante, nem todos os pais têm a mesma sensibilidade e facilidade para a aceitação da orientação sexual dos filhos.

De acordo com Soliva (2010), em alguns casos a "descoberta" da homossexualidade pelos pais, geralmente, vem acompanhada de graves tensões capazes de romper os laços de solidariedade da família para com os seus filhos, isto porque os pais, por conta da educação conservadora que tiveram, crescem com a expectativa de que os filhos se relacionem com pessoas do sexo oposto. Observemos os trechos a seguir:

Eu digo ao meu filho que ele pode ser o que diz que é, apenas não aceito o facto dele se vestir como gay e que me apresente ou traga namorados aqui na minha casa, isso eu não vou tolerar, apenas tento suportar o facto de ele ser gay, mas no fundo não é isso que eu queria para o meu filho, eu queria que ele casasse com uma mulher e me desse netos, por isso ele pode ser gay onde quer que seja, eu apenas não quero que ele demonstre aqui em casa, (F3, 11.08.23).

Para o meu marido não foi fácil aceitar a orientação sexual do filho, eu até lembro que ficaram uns bons meses sem se falarem, o meu marido até chegou a expulsar o meu filho de casa, ele foi morar com avó dele, mas depois convencemos ele a deixar o nosso filho vir morar conosco, mas a relação deles até mesmo agora não é muito boa, (F4, 12.08.23).

Conforme ilustram os trechos acima, em algumas situações, a descoberta da orientação sexual dos filhos, por parte dos pais, surge através de uma atitude equivocada do filho homossexual, que se vê cercado de dúvidas e incertezas. Isso pode ocorrer, por ele achar que assim estará dividindo com os pais um problema que precisa compartilhar saindo do ocultamento (Soliva, 2010).

No entanto, esse "contar aos pais" pode não vir acompanhado das expectativas positivas esperadas por esses jovens, contribuindo para um aumento das tensões dentro da esfera doméstica. Por conseguinte, a esfera doméstica tende a caracterizar-se por um rígido movimento

de repressão baseado na autoridade familiar. Assim, planos como netos, casamento, continuação da “casa” são imediatamente interrompidos e ou ameaçados. O que resta é somente a percepção de que precisam fazer algo para resgatarem esses projectos individuais. Entretanto, esse processo cria fortes conflitos que fazem da “casa” um espaço de medos, receios e incertezas por parte dos filhos homossexuais.

Sarti (2004) afirma que a dificuldade dos pais para com os filhos, pode estar relacionada com o facto dos próprios pais ou outros membros da família não se sentirem à vontade, ou capazes de lidar com seus próprios medos ligados a temas como sexualidade. Deste modo, esses medos se relacionam com os projectos individuais com os quais esses familiares tendem a fazer para os seus filhos, sobretudo os pais e as mães que se deparam com a ruptura imediata dos “sonhos” que criaram em relação ao filho.

Tendo em conta que no estudo procuramos relacionar a orientação sexual dos homossexuais com a de seus familiares, foi necessário também recorrermos aos pais, de modo a termos informações sobre a existência ou não de familiares que sejam homossexuais, pois os pais poderiam ter informações que os filhos poderiam desconhecer, acompanhamos os trechos a seguir:

Tem uma sobrinha minha, filha do meu irmão e um tio do meu marido que mora em Gaza que também é, esse tio do meu marido, tem 2 filhas e foi casado, mas depois deixou a esposa, um tempo depois ouvimos que ele estava sempre com um amigo dele, e mais tarde ele contou que estavam a namorar juntos, os filhos tem vergonha do pai, e raramente vão visitar ele (F1, 11.08.23).

Tenho um meu irmão que é homossexual e ele sempre gostou de vir me visitar e brincar com o meu filho, quando o meu filho contou que também é, o meu marido disse que o meu irmão estava a influenciar o meu filho, que ele queria o meu filho distante dele e que assim quem sabe se essa "bobagem" que estava na cabeça dele ia passar, mas ele acabou vendo que mesmo que quisessem afastar o filho do tio, não havia como. Meu filho nasceu assim, meu irmão não é culpado por ele ser gay (F2, 11.08.23).

Além do meu filho, não conheço uma outra pessoa que é homossexual, se é que tem não tenho conhecimento, mas há....si tivesse iam me dizer (F4, 12.08.23).

Na sua maioria, as mães relataram acerca da existência de outros parentes homossexuais, mas que, apesar disso, foi difícil assimilarem a orientação sexual de seus filhos. Com isso, podemos notar que a aceitabilidade dos homossexuais dentro das suas famílias não depende da existência de outros membros homossexuais. Apesar de os pais terem contacto com outros homossexuais

em suas famílias, quando se trata da descoberta da orientação sexual dos filhos, num primeiro momento ficam confusos em relação às decisões a tomarem.

Dando continuidade, quanto à visão dos pais em relação ao relacionamento homossexual dos filhos, notamos que preferiam que os filhos se envolvessem com pessoas do sexo oposto, mas que, apesar de seus desejos não se tornarem realidade, apoiam a decisão deles, tal como se pode notar nos trechos abaixo:

Todo pai gosta de ver o seu filho a se envolver com uma mulher, mas eu não posso fazer nada pelo facto dela ser homossexual (F5, 12.08.23).

Uma coisa que eu posso dizer, é que eu não posso condenar o meu filho por ser gay, ele não quis ser assim, se calhar o facto de ter um primo que também é gay faz com que eu apoie muito bem o meu filho e o seu parceiro, o que importa é a felicidade deles (F3, 12.08.23).

Com base no exposto acima, podemos notar que os pais preferiam que os seus filhos se envolvessem com pessoas do sexo oposto, porém o carinho por eles faz com que os mesmos se conformem em relação à sua escolha. Também, procuram meios de se relacionarem bem com os parceiros de seus filhos.

Continuamos a explorar se, por ventura, as famílias já tiveram a experiência da intervenção de um assistente social para promover a aceitação de pessoas homossexuais na família. A resposta das famílias participantes do estudo não foi positiva. Todos responderam que nunca visitaram ou receberam visita de um Assistente Social para ajudar na aceitação de pessoas homossexuais na família.

Entretanto, buscamos a opinião das famílias sobre qual acham que pode ser o papel do Assistente Social na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família. Neste sentido, vejamos os trechos abaixo:

Penso que os assistentes sociais devem buscar harmonia nas famílias, pois muitas vezes não é a família por si só que pode encontrar formas de criar união quando se dão esses tipos de coisas (F1, 11.08.23)

Os assistentes sociais podem ajudar a explicar o que houve para que os nossos filhos se tornassem homossexuais, e também podem ajudar-nos como família a lidar com esse tipo de situação (F5, 12.08.23).

Muitas coisas, mas que se resume na criação de um ambiente de harmonia na família (F2, 11.08.23).

Estes relatos apontam para o desejo das famílias de promoverem um clima de aceitação e de harmonia em relação aos membros homossexuais, embora ainda procurem explicações sobre as causas que terão levado os seus filhos a assumirem a orientação homossexual.

Uma vez que as famílias participantes do estudo não tiveram, ainda, a experiência de receber um assistente social para uma intervenção, não puderam responder a pergunta sobre a avaliação que fazem sobre as estratégias de intervenção social que o Assistente Social tem implementado com vista a melhorar o processo de aceitação de pessoas homossexuais na família.

Deste modo, continuamos solicitando a opinião das famílias em relação à seguinte questão: acham que o conservadorismo cultural e religioso assumido e vivenciado nalgumas famílias moçambicanas propicia a concepção da homossexualidade como fenómeno impuro, de tal modo que as famílias não aceitam conviver com pessoas com orientação homossexual? Vejamos as respostas dadas:

A nossa sociedade ainda não olha para a homossexualidade com bom aspecto. Muito do que se deve é devido a nossa educação. Crescemos a sermos ensinados em casa e na igreja que uma mulher deve-se casar com um homem, e que qualquer opção contrária é assumida como algo perverso (F4, 12.08.23).

Eu concordo com essa afirmação. Por mais que a homossexualidade seja algo normal, até o casamento é legal para os países europeus, para nós os africanos ainda é difícil lidar com a situação, porque as pessoas homossexuais devem enfrentar as famílias, os amigos, a zona e a sociedade em geral, que ainda não aprova (F2, 22.08.23).

Sim, eu particularmente fui educado assim. A igreja condena a homossexualidade como pecado e a família também ensina que as relações amorosas devem ser entre sexos opostos. Então acredito que sim. (F5, 12.08.23)

As respostas das famílias entrevistadas apontaram todas para a mesma direcção, concordando que a educação cultural e religiosa conservadora concorrem para que se olhe a homossexualidade como uma pratica perversa.

Conforme constatado por Machava (2013), as sociedades conservadoras, como a moçambicana, não aceitam a ideia de outro tipo de orientação sexual a não ser a heterossexualidade. E os indivíduos que têm um outro tipo de orientação sexual, como aponta Machava (2013), são

rejeitados, marginalizados e têm sido conotados como indivíduos vivendo fora dos padrões normais impostos e aceites pela sociedade. Essa rejeição é expressa pelos membros da sociedade por meio de atitudes, enunciações e comportamentos abertamente homofóbicos.

Para finalizar, procuramos saber das famílias quais eram os principais obstáculos que a família encara e já encarou na convivência com um membro homossexual e, tomando em conta a resposta da pergunta anterior, quais eram as estratégias que a família tem implementado com vista a melhorar a integração de pessoas homossexuais na família.

As famílias relataram que as grandes dificuldades enfrentadas têm haver com a estigmatização por parte dos vizinhos. Relataram as famílias:

No início foi difícil porque o meu filho apenas contou para mim, e não para o pai e pediu que eu escondesse. Isso foi muito complicado ter que esconder para o meu marido. Mas com o passar dos anos, contamos para o meu marido e a dificuldade passou a ser a vizinhança, pois o tratamento já era diferente em relação a nós. O que a gente faz é evitar muita exposição na zona (F1, 11.08.23).

Em casa até que nos dias de hoje o clima está normal, mas os vizinhos, minha filha relata-me sobre atitudes ofensivas por parte de algumas pessoas da zona, isso tem sido muito difícil para ela e, conseqüentemente, para nós (F4, 12.08.23).

No princípio não quis aceitar, pensei que fosse algo temporário e que meu filho mais cedo ou mais tarde ia voltar ao pensamento normal. Não queria aceitar, mas não falava muito porque é meu filho. Hoje tenho aceitado, mas desde que ele não se envolva com o namorado cá em casa. Essa eu diria que tem sido a nossa estratégia, ele pode ser feliz onde ele quiser, vou apoiar sempre, mas não posso lhe ver aqui aos abraços com o parceiro (F3, 12.08.23).

Conforme podemos constatar, as dificuldades apontadas pelas famílias centram-se na estigmatização dos filhos no seio da vizinhança, porém ainda sobram vestígios de alguma dificuldade de aceitação do relacionamento homossexual no seio familiar, conforme confessou o F3. Neste sentido, diríamos que embora haja dificuldades de aceitação, existe a tolerância à homossexualidade, na perspectiva definida pela UNESCO (1995), segundo a qual a tolerância não seria concessão, condescendência ou indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude activa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro.

Portanto, qualquer restrição imposta pelos pais aos filhos pela sua orientação homossexual fere com os princípios básicos dos direitos humanos internacionais. As palavras da abertura da Declaração Universal dos Direitos Humanos são inequívocas: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. A garantia de igualdade e não discriminação oferecida pelo direito internacional dos direitos humanos se aplica a todas as pessoas, independentemente de sexo, orientação sexual e identidade de género ou “outra situação”.

4.2. Resultados Alcançados Junto dos Assistentes Sociais

4.2.1. Perfil Demográfico dos Assistentes Sociais

Em primeiro lugar, buscamos colher dados sobre a idade e o género dos assistentes entrevistados, assim como o tempo em que exercem a função de assistente social e o seu nível académico, cujos resultados se apresentam na tabela que se segue:

Quadro 2: Perfil dos Assistentes Entrevistados

	Idade	Género	Nível Académico	Tempo em exercício como assistente social
A1	29	Feminino	Licenciatura	2
A2	34	Feminino	Licenciatura	4
A3	35	Masculino	Licenciatura	2
A4	30	Feminino	Licenciatura	3
A5	38	Masculino	Licenciatura	3

Fonte: Autora (2024)

Conforme podemos constatar, os assistentes sociais entrevistados, que fizeram parte da pesquisa, têm idades compreendidas entre 29 a 38 anos de idade, de ambos os sexos, com grau académico de licenciatura e no exercício de funções como assistente social há até um mínimo de quatro anos.

4.2.2. O Papel do Assistente Social

Primeiramente, buscamos saber dos nossos entrevistados qual é o papel do Assistente Social na sociedade. Abaixo seguem algumas respostas:

De modo geral o papel do Assistente Social na sociedade é de luta incessante para os direitos das massas em situação de vulnerabilidade (A1, 14.08.23).

O Assistente Social tem o papel de costurar harmonia e bem-estar em todas as esferas do tecido social (A3, 14.08.23).

O papel do Assistente Social sempre é de promover a boa convivência entre as pessoas e resgatar os mais vulneráveis dessa situação (A2, 14.08.23)

Conforme se pode conferir, o papel central do Assistente Social é de promover um ambiente de harmonia e bem-estar para a sociedade em geral, prestando particular atenção para o grupo mais vulnerável.

De acordo com Valério (2013, p. 02), exercício da profissão de assistente social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenhamento das pessoas na melhoria do “bem-estar” . Aplicando teorias de comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social focaliza a sua intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia. Os princípios de direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social.

De seguida, os Assistentes Sociais responderam à pergunta sobre qual tem sido o contributo do Assistente Social na promoção da inclusão social dos cidadãos geralmente postos à margem da convivência. Confirmamos as respostas abaixo:

De modo geral, o Assistente Social no nosso País tem a sua actuação no Ministério do Género, Criança e Acção Social, desenvolvendo actividades de inclusão de pessoas em situação difícil, criando programas de subsídios básicos às crianças chefes de famílias, e nas diversas organizações da sociedade civil com predominante cunho caritativo (A4,15.08.23).

Moçambique ainda é um País sub-desenvolvido com elevados índices de insegurança alimentar, pobreza, analfabetismo, violência doméstica, sexual e física, entre outros. É nestes paradigmas em que o Assistente Social tem actuado, sob a iniciativa de diversas organizações e o Ministério de Género, Criança e Acção Social (A5, 15.08.23).

O Assistente Social tem contribuído em Moçambique através da sua intervenção em diversos ambientes delicados, principalmente no processo de auxílio a crianças órfãs, vulneráveis, cidadãos que sofrem de violência e discriminação, entre outros factores (A1, 14.08.23).

Destas contribuições, pode-se concluir que o Assistente Social, na sociedade, tem contribuído com a erradicação de situações de vulnerabilidade e insegurança, buscando colocar as pessoas em ambientes que lhes garantam o bem-estar.

Igualmente procuramos, de forma mais específica, explorar o papel dos assistentes sociais na promoção da aceitação de pessoas homossexuais nas suas famílias. Abaixo seguem algumas respostas representativas:

O papel do Assistente Social na promoção das pessoas homossexuais nas suas famílias é de consciencializar e sensibilizar as famílias a fim de perceberem e respeitarem as escolhas que cada ser humano faz (A2, 14.08.23).

Na promoção de aceitação de pessoas homossexuais, o papel do Assistente Social é sempre de, em primeiro lugar, garantir um clima saudável dentro da família, e segundo, de mostrar que é possível encontrar formas de viver em harmonia mesmo diante das diferenças (A1, 14.08.23).

O Assistente Social tem o papel de mediar a relação entre a família e o seu membro homossexual com o intuito de encontrar soluções que possam restabelecer boas relações familiares e mostrar à família que é possível conviver com pessoas homossexuais (A5, 15.08.23).

Das respostas dadas, constata-se que o papel central do Assistente Social na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família não é de buscar distanciamentos, mas

aproximações entre os seus membros, consciencializando os pais sobre a importância de se respeitar as escolhas individuais, que essas escolhas sobre a orientação sexual cabem exclusivamente aos filhos. Afinal, a orientação sexual, segundo Sant`Anna e Daspett (2007, p. 165), diz respeito a como cada pessoa reconhece o seu desejo em diferentes fases da vida, podendo ser identificada como “assexual (nenhuma atracção sexual), bissexual (atracção por ambos os sexos), heterossexual (atracção pelo sexo oposto) e homossexual (atracção por pessoa do mesmo sexo)”.

4.2.3 Os obstáculos do Assistente Social na promoção da aceitação de membros homossexuais nas famílias

O Assistente Social pode desempenhar um preponderante papel na busca da coesão entre as famílias (os pais) e o(s) seu(s) membro(s) homossexual(is) (os filhos). Neste sentido, procuramos perceber dos Assistentes Sociais como eles descrevem a interacção, em termos de colaboração e comunicação, existente entre os assistentes sociais e as famílias com membros homossexuais. Abaixo, podemos observar algumas respostas representativas:

Não tem sido uma tarefa fácil, pois as famílias já têm uma ideia pré-concebida sobre a pessoa com que vive, neste sentido, as famílias olham o Assistente Social como alguém que está lá para defender o mau comportamento homossexual, tornando a intervenção difícil (A2, 14.08.23).

Muito complicada, primeiro porque a maioria das famílias não aprova práticas homossexuais. Segundo, quando o Assistente intervém em busca de criar mais aproximação na família, os pais fecham-se, pois olham o Assistente Social como aquele que lhes quer fazer mudar de ponto de vista (A3, 14.08.23).

Tem sido uma interacção normal nalguns casos em que os pais já têm uma mente mais aberta, mas em muitos casos tem sido uma interacção tensa com os pais, pois estamos a lidar com uma realidade nova, inclusive para o Assistente Social (A4, 15.08.23).

A ideia dos assistentes, segundo a qual a homossexualidade é uma realidade nova para África é corroborada por Massalambane (2017: p. 04) ao afirmar que “em África é bastante difundida a

ideia segundo a qual a homossexualidade é uma prática exógena ao continente e resultado de contactos que foram estabelecidos com povos estrangeiros”.

Na óptica do autor em análise, a percepção de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo no continente africano era inexistente, pois estas sociedades davam valor aos casamentos heterossexuais e à reprodução. Porém, na actualidade, estas sociedades ainda continuam a dar valor aos casamentos heterossexuais. Por esta razão ainda há dificuldades na interacção e comunicação entre os Assistentes Sociais e as famílias com membros homossexuais.

Entre as várias razões apontadas pelos Assistentes Sociais, que estão por trás desse tipo de interacção entre o assistente social e as famílias com membros homossexuais, destaca-se a “fraca aceitação, rejeição e discriminação das pessoas nessa condição pela família e em outros casos, a rejeição advém da sociedade para a família e esta acaba estando na interacção com o Assistente Social de modo a enfrentar o problema apoiando o seu membro” (A5, 15.08.23).

De seguida, os Assistentes Sociais apontaram os principais obstáculos que encaram na promoção da aceitação de pessoas homossexuais numa determinada família. Vejamos algumas respostas:

Os maiores desafios que o Assistente Social enfrenta na promoção da aceitação de pessoas homossexuais numa determinada família estão relacionados com as crenças dos pais, que ainda não encaram a homossexualidade como uma orientação sexual normal, pelo contrário olham como uma anomalia, uma prática difícil de aceitar (A3, 14.08.23).

Os obstáculos são muitos, mas principalmente na relutância dos pais. Os filhos levam muito tempo para se revelarem aos pais, pois já antevêm a reacção deles, que vai ser de rejeição, isso porque os pais têm a crença e a educação segundo as quais as relações afectivas e sexuais devem ser entre o casal de sexo oposto. Então, a grande dificuldade está em consciencializar os pais no sentido contrário (A5, 15.08.23).

Penso que os principais obstáculos residem na nossa crença como africanos. A homossexualidade já vem sendo aceite lá fora, mas aqui em África e aqui em Moçambique, muitas práticas ainda não são aceites. Vivemos numa sociedade

conservadora. Então muitos pais não se mostram abertos a ouvir e aceitar a homossexualidade dos seus filhos, mas ao mesmo tempo querem conviver com eles por se tratar de filhos (A1, 14.08.23).

De acordo com Sant`Anna e Daspett (2007), a homossexualidade, durante muitos anos, foi vista como uma mistura de pecado, doença e crime. Desse modo, rejeições impactantes e variadas foram e ainda são frequentes no contexto social desses indivíduos, o que faz daqueles cujo desejo afectivo-sexual é direccionado para pessoas do mesmo sexo, um dos agrupamentos mais atingidos pelo preconceito, pela intolerância e pela discriminação.

Este cenário descrito por Sant`Anna e Daspett (2007) reflecte exactamente a situação apontada pelos Assistentes Sociais do estudo. No contexto moçambicano, ainda prevalece o pensamento conservador que olha a homossexualidade como uma prática desviante.

Contudo, segundo a visão sistémica e paradigmática, as pessoas desejam, amam, relacionam-se e apresentam-se de forma própria e, ao mesmo tempo, influenciada por contextos e significados que as circundam e dos quais elas fazem parte. Precisam, portanto, ser reconhecidas, aceites e compreendidas em suas especificidades no âmbito das suas relações familiares e sociais, do seu desenvolvimento e ciclo vital familiar, imersas na cultura (Horta & Feijó, 2007).

4.2.4 Estratégias de intervenção social para melhorar a aceitação de pessoas homossexuais nas famílias

Tendo sido identificados os problemas do conservadorismo dos pais em relação às escolhas de orientação sexual, os Assistentes Sociais partilharam algumas estratégias de intervenção social por eles implementadas em vista a melhorar a aceitação de pessoas homossexuais na família e ultrapassar os obstáculos encontrados no processo. Ora vejamos:

Continuar a realizar visitas domiciliarias para continuar a sensibilizar as famílias com membro homossexual sobre a importância da promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família, por forma a promover um ambiente de bem-estar e tranquilidade familiar (A5, 15.08.23)

Costumo realizar visitas domiciliares e também promover algumas palestras locais, pois sabemos que a vizinhança também tem o seu papel na aceitação da homossexualidade na comunidade (A4, 15.08.23).

Todas as estratégias compartilhadas pelos assistentes sociais prenderam-se com as visitas domiciliares às famílias, a realização de palestras nas comunidades e a criação de grupos terapêuticos, com os quais o objectivo é passar experiências da vida no seio familiar, para as pessoas que recentemente revelaram a sua orientação homossexual às famílias. Os Assistentes Sociais comentaram ainda que estas estratégias, embora de forma tímida, têm surtido efeitos positivos, levando as pessoas homossexuais a desenvolverem mais a auto-estima e consolidando a sua personalidade.

Constatamos alguns depoimentos contraditórios em que, por um lado, as famílias afirmaram nunca terem recebido alguma visita dos assistentes sociais, mas em contrapartida os assistentes sociais afirmam fazerem visitas domiciliares e palestras para promover os direitos das pessoas homossexuais. Tomando em consideração que ambos os depoimentos são verídicos, podemos concluir que a intervenção dos Assistentes Sociais nas famílias não tem abrangido todas as famílias do Distrito Municipal KaMaxakeni. Assim, constitui um desafio que se enriqueça o número de Assistentes Sociais naquele Distrito, por forma a dar-se conta de todas as famílias que convivem com uma pessoa homossexual na família. Por outro lado, não devemos descartar a hipótese, segundo a qual, algumas famílias dificultam a visita dos Assistentes Sociais, fechando-se para as suas intervenções, conforme relatou (A5, 15.08.23).

CONCLUSÃO

A revelação da orientação sexual, em muitos casos, é um processo conflituoso, tanto para quem faz a revelação, como também para quem recebe a informação. Nota-se que, nos estudos analisados, grande parte ressalta a negação da família diante do *coming out*, ocasionando diversas dificuldades para o(a) homossexual conviver e interagir no seio familiar. De modo geral, as mães ganham o papel de aceitarem mais facilmente os/as seus/(suas) filhos(as) diante da revelação, enquanto os pais negam em maior parte, principalmente se tratando de filhos homossexuais. Outro factor relevante são os modos como cada família consegue organizar-se para buscar apoio e, também, para apoiar o/a seu(sua) filho(a), sendo que até a religião contribuiu para a negação de pessoas homossexuais.

A presente pesquisa foi movida pela aferição segundo a qual as sociedades conservadoras, como a moçambicana, não aceitam a ideia de outro tipo de orientação sexual a não ser a heterossexualidade. E os indivíduos que têm um outro tipo de orientação sexual são rejeitados, marginalizados e têm sido conotados como indivíduos vivendo fora dos padrões normais impostos e aceites pela sociedade. Daí que levantamos a hipótese segundo a qual o conservadorismo cultural e religioso assumido e vivenciado nalgumas famílias moçambicanas propicia ou não a concepção da homossexualidade como fenómeno impuro, de tal modo que elas não aceitam conviver com pessoas com orientação homossexual.

Os resultados alcançados junto das famílias e dos Assistentes Sociais revelam uma resposta confirmativa, ilustrando que o conservadorismo cultural e religioso assumido e vivenciado nalgumas famílias moçambicanas propicia, de facto, a concepção da homossexualidade como fenómeno impuro, o que faz com que as famílias tenham dificuldades de conviver com pessoas com orientação homossexual.

Por sua vez, o presente estudo conseguiu responder à sua questão norteadora, que era "Quais são os desafios do Assistente Social na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família?". Pode-se observar que os maiores desafios do assistente social residem no grau de abertura das famílias ao nível da comunicação e da interacção para encarar a homossexualidade dos filhos e ao conservadorismo religioso e cultural na base do qual os pais foram educados, que lhes faz acreditar que uma relação amorosa e sexual "normal" é aquela que ocorre entre pessoas do sexo oposto.

Um factor relevante é a rede de apoio social, que pode ser interessante conhecê-la para verificar se houve ou não a presença de pessoas do convívio ou novos personagens na vida do participante de modo activo, directa ou indirectamente, agindo no processo de revelação da orientação sexual.

Portanto, há presença da negação e de conflitos, e, por consequência, as dificuldades encontradas pelo(a) homossexual que, além de sofrer com o preconceito na sociedade, também passa por situações não acolhedoras dentro da própria família. Em contrapartida, há casos em que a família acolheu seu(sua) filho(a), de modo que o(a) fez sentir pertencente, de facto, àquela família.

Sugestões

- Sugere-se que novos estudos empíricos sejam realizados à cerca da temática, a fim de dar voz a essas famílias e aos homossexuais, o que, também, pode contribuir para a criação de redes de apoio e acolhimento aos envolvidos, bem como para compreender como tais "armários" são criados, recriados, deslocados e transformados social e culturalmente no processo de desenvolvimento.
- Aprender essa movimentação dos conceitos e a noção de processo (nem sempre contínuo) parece ser uma necessidade premente nos estudos empíricos analisados, em uma proposta mais fluida e aberta a reflexões constantes. Políticas de atenção a essa população podem concentrar-se nos processos de *coming out*, promovendo um atendimento psicossocial que proporcione maior aceitação e, conseqüentemente, maior sentimento de pertença, integração e qualidade de vida;
- Realização de mais palestras no seio das famílias e comunidades, escolas, universidades, instituições do estado;
- Consciencialização das famílias, por forma a proteger e garantir com que os direitos desta dos homossexuais;
- Criação de leis, políticas, estratégias de inclusão social pelo estado, que efectivamente salvaguardam a integridade física, moral e psicológica dos indivíduos homossexuais.
- Existência de mais assistentes sócias e psicólogos nas comunidades; e
- Realização de mais visitas domiciliaries as famílias por forma a dar mais acompanhamento às famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M. V. (1996). *Género, masculinidade e poder: Revendo um caso do Sul de Portugal*. In Anuário Antropológico 95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Assembleia Geral da ONU, "Declaração Universal dos Direitos Humanos", 217 (III) A (Paris, 1948), <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> (acessado em 6 de outubro de 2023)

Bagnol, A. B. (1996). *Diagnóstico da orientação sexual em Maputo e Nampula*. Maputo: Embaixada do Reino dos Países Baixos.

Banditer, E. (1993). *XY: Sobre a identidade masculina*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Butler, J. (2003). *Problemas de género - feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Brioli, F. (2014) *Família: Novos Conceitos*, Fundação Perseu Abramo, Coleção O Que Saber.

Ceccarelli, P. R. (2000). *Sexualidade e preconceito*. Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 3.

Costa, M. & Vanin, M. (2005). *Reencontro com a identidade de género: contribuições da visão sistémica novo-paradigmática e do psicodrama infantil*. Estudos de Psicologia, p. 175-185

Costa, R. P. da (1994). *Os 11 Sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana*. São Paulo: Gente.

Furtado, E. T. (2004). *Preconceito no Trabalho e a Discriminação por Idade*. S.ed. São Paulo.

Gil, A. C. (1999). *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo. Atlas.

Iamamoto, M. V. (2000). *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ILGA – INTERNATIONAL LESBIAN GAY BISEXUAL TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION (2014). *State-sponsored homofobia: a world survey of laws: criminalisation, protection and recognition of same-sex love*. 9. ed. Genebra: ILGA.

INE (2017). *Empresas em Moçambique: Resultados do segundo censo nacional (2014 – 2015)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 13-61. <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-dasempresas/empresas-em-mocambique-resultados-do-segundo-censo-nacional-2014-2013-2015/view> [20 de Julho de 2019].

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

Machava, S. J (2013). *Homossexualidade: Processos e Etapas da Auto-afirmação da Identidade Homossexual Masculina na Cidade de Maputo*. Texto inédito. Monografia de Licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Maputo.

Massalambane, N. B. (2017). *Relação entre a Orientação Sexual dos Homossexuais (gays e lésbicas) e a Orientação Sexual de Seus Familiares*. Monografia de Licenciatura em Sociologia, Universidade Eduardo Mondlane.

Miskolci, R. (2007). *Pânicos morais e controle social: Reflexões sobre o casamento gay*. Núcleo dos Estudos de Género Pagu/Unicamp.

Mott, L. (2003). *Homossexualidade: Mitos e Verdades*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.

Mynaio, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12.ed. São Paulo: Hucitec.

Narayan, P. (2006). *Somewhere over the rainbow. International human rights protections for sexual minorities in the new millennium*. *Boston University International Law Journal*, v. 24, p. 313-348.

Nogueira, M. B. (2014). *A Família: Conceito E Evolução Histórica e sua Importância*.

Nota, J. M. (2012). *Representações da homossexualidade e o preconceito contra homossexuais entre estudantes universitários de um curso de biologia, na cidade de Maputo – Moçambique*. UP - Universidade Pedagógica. Maputo – Moçambique.

Oliveira, M. F. (2011). *Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*. 1ª. Ed. CATALÃO-GO: Brasil.

Omar, O. (2019). *Movimento LGBT em Moçambique: Doze anos depois, o governo ainda não decidiu sobre sua “carta de alforria”*. Carta de Moçambique. Publicado a terça-feira, 06 de Agosto de 2019. Acessado a 20 de Fevereiro de 2024 em:

<https://www.cartamz.com/index.php/sociedade/item/2686-movimento-lgbt-em-mocambique-doze-anos-depois-o-governo-ainda-nao-decidiu-sobre-sua-carta-de-alforria>

Otoni, I. (2014). *Quando o preconceito vem de dentro de casa*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/digital/139/quando-o-preconceito-vem-de-dentro-de-casa/>.

Acessado em: 10 de maio de 2017.

Pelúcio, L. M. (2012). *Revista Antropológicas*, ano 8, volume 15(1): 123-154, 2004. Acesso: 10/01/2012.

Prodanov, C. C. & Freitas, E.C.D. (2003). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do trabalho Académico*. 2ª ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale.

Ribeiro, J. P. (2011). *Conceito de mundo e de pessoa em gestalt-terapia: revisitando o caminho*. São Paulo: Summus.

Richardson, R. J. (2012) *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Sant`Anna, M. S., & Daspett, C. (2007). O pote de ouro no final do arco-íris: Casais e famílias homossexuais. In A. L. de M. Horta & M. Feijó (Eds.), *Sexualidade na família* (pp. 161-174). São Paulo, SP: Expressão e Arte.

Santa, G. (2009). *Quando o armário é aberto*. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1095_944_saggesesp.pdf.

Acessado em: 02 de maio de 2017.

Sarti, C. A. (2004). *A família como ordem simbólica*. Psicologia USP, v.15, n.3, p.11-28.

Schulman, S. (2009). *Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento*. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art04_schulman.pdf. Acessado em: 11 de maio de 2017.

Schutz, A. (2012). *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Soliva, T. B. (2010). *Família e Homossexualidade: Uma análise da violência doméstica sofrida por jovens homossexuais*. SL.

Suplicy, M. (1986). *Conversando sobre sexo*. Petrópolis: Vozes, 1986. TANHIA, G. Enulé! L'école est-elle homophobe? Paris: Little Big Man.

Tako, K. V. e Kameo, S. Y. (2023). *Metodologia da Pesquisa Científica: Dos Conceitos Teóricos à Construção do Projeto de Pesquisa*. 1a Ed, Amplla Editora: Campina Grande, Brasil.

Toledo, L. G. (2013). *Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes*. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro.

UNESCO (1995). *Declaração de Princípios sobre a Tolerância*. 28ª Conferência Geral, Paris, 16 de novembro de 1995.

Valeiro, M. A. F. M. (2013). *O Papel do Assistente Social na Intervenção Social*. CQIRS-ML Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Vasconcelos, M. J. E. (2008). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência* (7ª. ed.). Campinas, SP: Papirus

Vergara, Sylvia C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas.

WLSA. (2008). *Projectos de pesquisa: Identidades Sociais e Violência*, Maputo.

APÊNDICES



Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Curso de Licenciatura em *Serviço Social*

Entrevista Semi-estruturada dirigida aos membros da família

Eu, **Adelaide Moisés de Albuquerque**, estudante do **Curso de Licenciatura em Serviço Social**, pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, venho por meio desta administrar este questionário às famílias que convivem com pessoas homossexuais nas famílias, com o objectivo de recolher informações sobre os **Desafios do Assistente Social na Promoção Da Aceitação de Pessoas Homossexuais na Família: Caso do Distrito Municipal Kamaxaquene**.

A vossa opinião é importante para o sucesso desta pesquisa. Por isso, peço a vossa colaboração e disponibilidade em participar neste trabalho. Estejam à vontade e asseguro-vos a confidencialidade e a privacidade de tudo o que vai ser recolhido aqui. Os dados são apenas para cumprir propósitos de pesquisa científica

Parte I – Perfil do entrevistado

- 1.1 Podemos começar por conhecer a sua idade?
- 1.2 Qual é o seu género?
- 1.3 Qual é o seu grau de parentesco em relação ao membro homossexual?
- 1.4 Há quanto tempo convivem com o membro homossexual na família?

PARTE II – Convivência na família e o Papel do Assistente Social

2.1 Como foi que a família reagiu ao ter conhecimento de que um dos vossos é homossexual?

2.2 A família aceita a presença do membro homossexual ou há membros que ainda não aceitam? Por quê?

2.3 Desde a revelação da homossexualidade, descreva como tem sido a interação e a comunicação na família?

2.4 Diante desse cenário, como acha que o membro homossexual se sente na família? Mais integrado ou excluído?

2.5 Já tiveram a experiência da intervenção de um assistente social para promover a aceitação de pessoas homossexuais na sua família? Se sim, como foi a experiência?

2.6 O Assistente Social geralmente contribui para a criação de um ambiente tranquila na relação entre as pessoas. Qual acha que pode ser o papel do Assistente Social na promoção da aceitação de pessoas homossexuais na família?

2.7 Qual é a avaliação que faz sobre as estratégias de intervenção social que o Assistente Social tem implementado em vista a melhorar o processo de aceitação de pessoas homossexuais na família?

2.8 Acha que o conservadorismo cultural e religioso assumido e vivenciado nalgumas famílias moçambicanas propicia a concepção da homossexualidade como fenómeno impuro, de tal modo que as famílias não aceitam conviver com pessoas com orientação homossexual?

PARTE III – Os obstáculos na convivência com membro homossexual na família

3.1 Quais são os principais obstáculos que a família encara e já encarou na convivência com um membro homossexual?

3.2 Tendo em conta a resposta da pergunta anterior, quais são as estratégias que a família tem implementado em vista a melhorar a integração de pessoas homossexuais na família?

3.3 Que recomendações deixa ficar, por um lado, às outras famílias, e por outro, às pessoas homossexuais, por forma a estabelecerem uma convivência tranquila entre si?

	Idade	Género	Grau de Parentesco com o membro homossexual	Anos sabendo da homossexualidade do membro
F1	39	Feminino	Mãe	6

F2	42	Feminino	Mãe	4
F3	45	Masculino	Pai	7
F4	43	Feminino	Mãe	6
F5	52	Masculino	Pai	5



Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Curso de Licenciatura em *Serviço Social*

Entrevista Semi-estruturada dirigida aos Assistentes Sociais

Parte I – Perfil do entrevistado

- 1.1 Podemos começar por conhecer a sua idade?
- 1.2 Qual é o seu género?
- 1.3 Qual é o nível académico que possui?
- 1.4 Em que área/curso o(a) Sr./Sra. se formou?
- 1.5 Há quanto tempo exerce a função de assistente social?

PARTE II – O Papel do Assistente Social

- 2.1 De modo geral, qual é o papel do Assistente Social na sociedade?
- 2.2 No nosso país, qual tem sido o contributo do Assistente Social na promoção da inclusão social dos cidadãos geralmente postos a margem da convivência?
- 2.3 Como avalia a condição das pessoas homossexuais na sociedade moçambicana, em termos de inclusão social?
- 2.4 Qual tem sido o papel dos assistentes sociais na promoção da aceitação de pessoas homossexuais nas suas famílias?

PARTE III – Os obstáculos do Assistente Social na promoção da aceitação de membros homossexuais nas famílias

3.1 Como descreve a interação, em termos de colaboração e comunicação, existente entre os assistentes sociais e as famílias com membros homossexuais?

3.2 Que razões poderiam estar por trás desse tipo de interação entre o assistente social e as famílias com membros homossexuais?

3.3 Quais são os principais obstáculos que o assistente social encara na promoção da aceitação de pessoas homossexuais numa determinada família?

PARTE IV – Estratégias de intervenção social para melhorar a aceitação de pessoas homossexuais nas famílias

4.1 Quais são as estratégias de intervenção social que tem implementado em vista a ultrapassar os obstáculos encontrados e melhorar o processo de aceitação de pessoas homossexuais na família?

4.2 Em termos concretos, qual é a avaliação que faz sobre os resultados alcançados com a implementação dessas estratégias mencionadas na pergunta anterior?

4.3 Continua a haver desafios ou limitações encontrados no processo de implementação dessas estratégias?

4.4 Que mudanças têm sido implementadas em vista a continuar a ultrapassar esses desafios?

4.5 Que recomendações deixa ficar, por um lado, às famílias, e por outro, às pessoas homossexuais, por forma a estabelecerem uma convivência tranquila entre si?